

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

**MEMÓRIAS DE UM PASSADO: O COTIDIANO ESCOLAR DA
COMUNIDADE TEUTO-BRASILEIRA EM TEUTÔNIA NORTE (1940 –
19680)**

Paulo Rogerio Kohl

Lajeado, julho de 2017

Paulo Rogerio Kohl

**MEMÓRIAS DE UM PASSADO: O COTIDIANO ESCOLAR DA
COMUNIDADE TEUTO-BRASILEIRA EM TEUTÔNIA NORTE (1940 –
1980)**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II do Curso de História do Centro Universitário UNIVATES como parte da exigência para o título de Licenciado em História.

Orientador: Prof: Dr. Tiago Weizenmann

Lajeado, julho de 2017

Paulo Rogerio Kohl

**MEMÓRIAS DE UM PASSADO: O COTIDIANO ESCOLAR DA
COMUNIDADE TEUTO-BRASILEIRA EM TEUTÔNIA NORTE (1940 –
1980).**

A Banca examinadora abaixo aprova a Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Licenciatura em História, do Centro Universitário UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do título de licenciado em História:

Prof: Dr Tiago Weizenmann – orientador

Centro Universitário UNIVATES

Prof: Me. Sérgio Nunes Lopes

Centro Universitário UNIVATES

Lajeado, julho de 2017

AGRADECIMENTO

Agradecer. Há tantas coisas a quais devemos agradecer. Primeiramente, agradeço a Deus, pela minha existência, por permitir que eu viva um dia a mais, todos os dias, por permitir que eu percorra o meu longo caminho, na busca dos meus sonhos. Obrigado. Um obrigado muito especial a minha mãe, que na sua simplicidade soube me criar e sempre me conduzir para o caminho do bem. Obrigado por acreditar que eu conseguiria atingir os meus objetivos. Obrigado pelos “puxões de orelha” quando a preguiça tomava conta e a vontade de realizar as tarefas ficava para trás. Obrigado pai, que mesmo não estando mais presente de forma física, está a cuidar de mim em algum lugar na imensidão deste céu.

Agradecimento ao professor Tiago Weizenmann que aceitou me orientar na produção desta monografia. Desde o início o interesse em orientar um tema que está muito presente em seu cotidiano se fez presente. Obrigado pelas conversas, cobranças, correções, colocações, ideias, palavras. Muito obrigado, por teres aceito o convite da orientação e fazeres parte desta etapa importante da minha jornada acadêmica.

Obrigado a tia Claci que sempre me incentiva e que fica feliz com minhas conquistas, agradecimento aos amigos que com palavras incentivaram para a realização do trabalho. Obrigado aos entrevistados, que gentilmente cederam um tempinho de suas vidas para me ajudar na elaboração deste trabalho. Enfim, obrigado a todos aqueles que de uma forma ou de outra, contribuíram comigo, seja com palavras de incentivo, seja com bibliografias, vocês fizeram parte da minha conquista.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Planta baixa da Colônia Teutônia.....	30
Figura 2 - Estatística das escolas alemãs no Brasil em 1931.....	44
Figura 3 - Comparação e evolução das escolas evangélicas e católicas entre os anos 1920-1930.....	45
Figura 4 - Escolas comunitárias evangélicas no Rio Grande do Sul na Região Colonial Antiga.....	46
Figura 5 - Escolas comunitárias evangélicas no Rio Grande do Sul na Região Colonial Média.....	47
Figura 6 - Escolas comunitárias evangélicas no Rio Grande do Sul na Região Colonial Nova.....	48
Figura 7 - Alunos do Colégio Teutônia Norte. 1935.....	58
Figura 8 - Professor Alfredo Schneider com alunos da Escola Comunitária do Bairro Teutônia, no ano de 1925.....	59
Figura 9 - Escola Mista, 1933.....	65
Figura 10 - Escola Bandeirantes, Linha Frank, 1972.....	66
Figura 11 - Exemplo de uma sala de aula no tempo do Estado Novo, décadas de 1930-1945.....	69
Figura 12 - Exemplo de carteiras escolares do mesmo período da imagem anterior.....	69
Figura 13 - Mesa com diferentes férulas, utilizadas para castigos físicos.....	71
Figura 14 - Boletim de desempenho escolar da Escola D. Pedro II – 1950.....	73
Figura 15 - Boletim de desempenho escolar da Escola D. Pedro II – 1956.....	74
Figura 16 - Boletim escolar – Colégio Agrícola Teutônia – 1975.....	75
Figura 17 - Boletim escolar do Colégio Agrícola Teutônia – 1974, disciplinas citadas pelos entrevistados.....	79

RESUMO

Desde o princípio da humanidade, o ensinar já se fazia presente. Nos primeiros tempos, o ensinamento era transmitido através da imitação, iniciando o que hoje conhecemos por educação. Até a sistematização da escrita, os mais novos imitavam os mais velhos e assim sucessivamente. A transformação da educação passaria por todos os períodos históricos, desde a Pré-história, até a contemporaneidade, cada qual com suas especificações. Nos anos de 1820, o Brasil passaria por mudanças significativas, no que diz respeito a população. Uma grande campanha de imigração passou a ser realizada com a finalidade de findar com a escravidão e findar o tráfico negreiro e branquear a população. As campanhas de imigração receberam adesão no continente europeu devido as transformações sociais que passaram a ocorrer, decorrentes da Revolução industrial. Neste sentido inúmeros imigrantes passaram a desembarcar no Brasil, entre eles os imigrantes alemães. Estes instalaram-se mais a região sul do território, nos atuais estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Os imigrantes alemães desde o início tiveram de se adaptar as condições, que lhes era imposta, neste sentido, providenciaram a criação de igrejas e escolas comunitárias, propiciando a formação de um cotidiano escolar entre estes imigrantes. O cotidiano escolar é tema de estudo nesta monografia, o espaço a ser estudado refere-se a região norte do atual município de Teutônia, Rio Grande do Sul, nos anos de 1940 – 1980. Visando destacar este cotidiano, o uso de fotografias e relatos orais se faz presente sendo indispensáveis para a construção do enlace histórico entre o passado e o presente.

Palavras-chave: Imigração alemã. Educação. Teutônia. Fotografia. Relatos orais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 CONTEXTOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL.....	13
2.1 A imigração alemã no Brasil.....	15
2.2 A imigração alemã no Rio Grande do Sul.....	19
2.3 A educação no contexto da imigração alemã no Rio Grande do Sul.....	24
3 COLÔNIA TEUTÔNIA.....	26
3.1 Formação e estruturação histórica da Colônia Teutônia.....	28
3.2 Escolas e educação comunitárias nas áreas de imigração.....	38
3.2.1 Evangeliche Gemeinde Sschule Teutônia e Escola D. Pedro IIVANGEL.....	48
3.2.2 Colégio.....	49
4 BIBLIOGRAFIA, FOTOGRAFIA E RELATOS ORAIS.....	51
4.1 O cotidiano escolar através da fotografia e dos relatos.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
LISTA DE FONTES DE PESQUISA.....	87
REFERÊNCIAS.....	88
ANEXOS.....	93

1 INTRODUÇÃO

Desde o princípio da humanidade, o ensinar já se fazia presente. Nos povos arcaicos, ela era transmitida através da imitação, iniciando o que hoje conhecemos como educação. Os mais novos imitavam os mais velhos, e, assim, sucessivamente. Mais tarde, alguns povos estruturaram seus sistemas de ensinamentos através da escrita, desenvolvida no Oriente, associada a uma organização social que levaria a criação de escolas elementares e superiores. A educação passaria, ainda, pelos períodos Clássico, com os gregos e romanos; Medieval, com o ensino voltado à religião; Humanista, voltado ao pensamento livre e crítico; Cristã Reformada, quando a Igreja propôs uma revisão de seus ensinamentos; Realista, baseado na ciência e na filosofia; Naturalista, influenciada por pensadores como Rousseau, que defendia uma educação ligada a aspectos físicos, intelectuais e morais; Nacional, originária da Revolução Francesa, responsabilizando o Estado pelo concebimento de escolas primárias gratuitas e obrigatória a todos os indivíduos. Assim como a educação passou por diversos períodos e se fez importante entre a sociedade, ela também se fez entre os imigrantes que vieram para o Brasil, estruturando seus estabelecimentos de ensino nas colônias que fixavam suas moradias.

Os alemães que aqui chegaram após a sua instalação nas colônias as quais foram destinados preocuparam-se em organizar seu sistema de ensino. O mais comum era a transmissão de conhecimento do membro mais velho e portador de noções de cálculo e escrita aos mais novos reconhecendo a importância de uma boa educação.

Os moradores rurais, nalgum momento, poderiam ensinar as primeiras letras e números aos filhos. As avós e pais, debaixo de algum arvoredor e nos intervalos de trabalho, davam-se a incumbência de administrar algumas

noções básicas. Estes conhecimentos, de maneira geral, eram insuficientes, pois a colonada tinha consciência da importância de um bom nível escolar (LANG, 1999, p. 15)

Nos estudos referente a imigração alemã para o Brasil, é comum nos depararmos com a expressão teuto-brasileiro que significa de origem alemã e brasileira.

Verifica-se aí um princípio de unidade para englobar, além dos austríacos, outros imigrantes pertencentes a grupos minoritários germânicos estabelecidos em vários países do leste europeu ou que, nas muitas mudanças de fronteiras internacionais, ficaram excluídos do território alemão, e cujo denominador comum era, principalmente, a língua alemã, apesar das diferenças dialetais. Essa forma de inclusão faz parte da identidade mais geral evidenciada pela categoria *Deustschbrasilianer* (teuto-brasileiro) ou, mais raramente, pela categoria *Brasildeutsch* (alemão do Brasil) — apropriadas pelas lideranças comunitárias, políticas e intelectuais para expressar a diferenciação cultural resultante da imigração alemã. (SEYFERTH, 2005, p.2)

A imigração alemã no Brasil ocorreu em três períodos sendo eles, 1818 – 1849, 1850 – 1909, 1910 – 1950. Entre seus objetivos podemos destacar: substituir e findar o tráfico negreiro já que uma série de leis vinham sendo outorgadas em prol da liberdade dos escravos, fornecer mão de obra para as lavouras cafeeiras, povoar regiões consideradas como “vazios demográficos” como por exemplo o sul do país e promover o branqueamento da população brasileira. Neste sentido, cabe ressaltar também que, o objetivo era trazer maiores riquezas para o país e resguardar as linhas de fronteiras do Brasil.

As primeiras tentativas remontam ao ano de 1818. Porém, a data utilizada como marco da colonização é 1824, quando chegam ao Rio Grande do Sul, em 25 de julho, os primeiros imigrantes de origem teuta. Instalaram-se em Linha Cânhamo, atual município de São Leopoldo. De lá deslocaram-se para diversas regiões através de Companhias Colonizadoras, fazendo surgir colônias em diferentes pontos da província. Quando estes colonos chegavam às colônias, eles deveriam dar início à organização da propriedade e ao cultivo da terra. O primeiro passo a ser dado seria o

de desmatar a floresta nativa para que fosse possível construir sua moradia e criar campos para o plantio e sustento da família e da colônia. As famílias viviam de maneira comunitária, ou seja, uma família ajudava a outra no que fosse preciso. Uma vez instalados, com suas moradias construídas e com a terra sendo cultivada, era necessário pensar na educação dos filhos e na educação da comunidade como um todo. Como no princípio não havia escolas nestas colônias, os imigrantes ensinavam seus filhos, no intervalo das tarefas da lavoura, noções básicas de cálculo e letramento, pois a educação seria responsável em tornar o indivíduo um bom cidadão. Além disso, as escolas foram construídas nas comunidades antes mesmos das igrejas e casas comerciais, sendo que as mesmas apresentavam caráter comunitário. Os moradores de cada localidade sustentavam as escolas através de contribuições mensais, dadas espontaneamente. Estes locais tinham dupla utilidade, funcionavam como prédios escolares, e como templos religiosos, até que se providenciasse a construção dos mesmos.

Uma das principais características da influência da colonização alemã em Teutônia foi a preocupação que estes imigrantes tiveram com a educação. Antes mesmo de construírem abrigos, igrejas, casas comerciais, etc, havia a preocupação em orientar, educar as crianças, ensinando-as a calcular, ler e seguir ensinamentos cristãos. (WITT, 2005, p.338)

As escolas eram de origem confessional, ou seja, estavam ligadas a algum tipo de religião: eram evangélicas protestantes, seguidores da doutrina de Lutero, líder da Reforma Protestante, ou católicas, advindas das diversas ordens religiosas como jesuítas, franciscanos, etc. Inicialmente, estas escolas ensinavam unicamente em língua alemã, o que seria encerrado, definitivamente, com o projeto nacionalista de Getúlio Vargas, na década de 1930 e 1940, quando as escolas deveriam, obrigatoriamente, ensinar a língua portuguesa. Inicialmente o responsável em ensinar não era o professor, que veio a lecionar nas escolas, mas sim, o membro mais velho

da comunidade, maior possuidor de conhecimentos básicos sobre letras e números. Segundo Lang, o êxito escolar era uma obrigação e orgulho familiar, e inexistiam maiores opções de fracasso (LANG, 1999, p.67), ou seja, os filhos que estudavam personificavam o orgulho e o exemplo das famílias.

Sendo assim, a presente monografia tem por objetivo estudar a formação das escolas comunitárias evangélicas em Teutônia Norte, entre as décadas de 1940 e 1980, buscando analisar o cotidiano escolar desta comunidade teuto-brasileira, a partir de diferentes fontes documentais, como por exemplo, fotografias, registros acadêmicos e relatos orais. A pergunta inicial proposta e que será respondida no decorrer da monografia é: Quais as especificidades cotidianas das escolas comunitárias teuto-brasileiras na localidade de Teutônia Norte, entre os anos de 1940-1980? Para que a mesma possa ser respondida, partiu-se da seguinte hipótese: as escolas analisadas e que contemplem o espaço temporal proposto, trazem muito dos conhecimentos que as primeiras escolas comunitárias ensinavam quando foram instaladas pelos primeiros colonos que chegaram a colônia de Teutônia, hoje município de Teutônia. A língua alemã ensinada, não sendo obrigatória, mas como disciplina complementar ao currículo, a lida com o campo também permanece como uma característica advinda dos primeiros imigrantes, o engajamento comunitário resiste fortemente e é visível entre os moradores mais antigos, que ainda prestam serviços à comunidade escolar e religiosa.

As páginas desta monografia nascem do despertar da curiosidade advinda do autor em saber como os primeiros imigrantes estruturaram seus sistemas de ensino. Além disso, cabe considerar que o literato da presente monografia, também possui vínculos históricos com o tema, uma vez que é descendente de imigrantes alemães e apreciador de assuntos ligados ao contexto de imigração alemã no Brasil, e, mais

ainda, sobre assuntos relacionados ao cotidiano desses imigrantes. Nesse contexto histórico, é fundamental destacar e reconhecer a importância que um estabelecimento de ensino assume nas colônias alemãs, para que as noções básicas de escrita e cálculos pudessem ser ensinadas aos filhos destes imigrantes.

No primeiro capítulo desta monografia, contextualizar-se-á, em panorama geral, a imigração alemã no Brasil e no Rio Grande do Sul, mostrando ainda, como os colonos que chegaram em terras desconhecidas, estruturaram seu sistema de ensino. No segundo capítulo, será abrangido o tema Colônia Teutônia, formação histórica, bem como a formação das escolas e educação comunitária. No terceiro e último capítulo, pretende-se apresentar as escolas de educação evangélicas de Teutônia Norte nos anos 1940-80, através de fotografias e relatos orais. Desta forma, busca-se mostrar aspectos que continuaram presentes nos descendentes de imigrantes alemães, muitos anos depois de sua chegada ao Brasil.

Não bastam apenas leituras bibliográficas acerca do tema sobre o qual vai se escrever. É preciso, também, transportar a mente para o período ao qual está se estudando e tentar imaginar as situações pelo qual os indivíduos passaram, resignificando as dificuldades, conquistas e derrotas, sentindo-se integrante do grupo estudado. E acima de tudo, através de relatos orais, fotografias recontar a história e fazer com que permaneçam vivas as lembranças de um passado ainda recente.

2 CONTEXTOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

Para início de estudo, é preciso esclarecer a expressão teuto-brasileiro, que se encontra presente no título da monografia e é objeto de pesquisa deste trabalho. “Conforme Giralda Seyferth, a expressão teuto-brasileiro (...) existe desde a segunda metade do século XIX, para designar imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil” (SEYFERTH, 1997 apud WEIZENMANN, 2015, p. 114). A etnia teuto-brasileira pode ser remetida ao “pertencimento a etnia alemã, estabelecendo seus critérios – língua, raça, usos, costumes, instituições, cultura alemães” (SEYFERTH, 1999 apud WEIZENMANN, 2015, p. 114), ou seja, os teuto-brasileiros eram descendentes de imigrantes alemães. Nasceram em solo brasileiro, continuavam ligados à cultura e tradições alemãs e que desejavam obter os mesmos direitos que um cidadão brasileiro dispunha. A partir da breve explicação sobre a expressão teuto-brasileiro, iniciar-se-á o estudo referente a imigração alemã para o Brasil e Rio Grande do Sul.

Os primeiros registros sobre a imigração no Brasil datam de 1818 através da iniciativa do Estado brasileiro, baseando a colonização na pequena propriedade. “A elite brasileira queria colonos pequenos produtores ocupando terras devolutas e restringindo sua atuação à colônia, (...) portanto, o colono no seu lugar – o meio rural” (SEYFERTH, 1994, p.14). Instalaram-se, inicialmente, nos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo, não obtendo muito sucesso nestas províncias. Foi para região sul do país que a campanha de colonização alemã deslocou-se e fixou-se. Com maior êxito, especialmente, a partir do ano de 1824.

A ideia proposta pelo Estado Brasileiro com o movimento de imigração tanto alemã quanto italiana e demais povos advindos do continente europeu, era de que,

Através da vinda de imigrantes europeus e da criação de núcleos coloniais de pequenos proprietários, o governo pretendia ocupar, fazer produzir e valorizar terras despovoadas; instaurar uma agricultura camponesa policultura que abastecesse as cidades e os latifúndios escravistas mais próximos; além de criar uma classe social intermediária entre os latifundiários e escravos. (MANFROI; LAZZARI; Petrone apud IOTTI, 2003, p.3)

Ainda, substituir o trabalho escravo e findar com o tráfico negreiro no país, e aperfeiçoar a “raça” brasileira. Esta última caracterizou uma postura conhecida como a política de branqueamento da população brasileira, e visava o aumento da população branca no país.

O movimento de imigração alemã para o Brasil ocorreu em três períodos distintos. Segundo Giralda Seyferth (1994, p.12-13), os anos que caracterizam o período de imigração são: 1818 – 1949, 1850 – 1909 e 1910 – 1950, trazendo em cada período diferentes imigrantes com características distintas. No sul do país, mais especificamente na atual cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, é que de fato se iniciou a colonização alemã. O marco inicial é a data de 25 de julho de 1824, quando chegaram as primeiras famílias alemãs. Cabe ressaltar que o que hoje conhecemos como país Alemanha a época não se encontrava unificada, o que ocorreu somente a partir de 1871. O Brasil se encontrava independente de Portugal desde 1822 sendo seu território dividido em províncias. Estes imigrantes provinham de diversas regiões como por exemplo, Westfália, Renânia, Saxônia, Pomerânia, Boêmia, entre outras. Chegavam ao Brasil fugindo da drástica transformação social e econômica na Europa, realidade presente em parte dos Estados Independentes. A Europa vinha se transformando economicamente, estimulado pela Revolução Industrial. Crises de abastecimento passaram a ser frequentes, aumentando a miséria

entre a população, os produtos industrializados passaram a ter mais valor do que os produtos rurais, gerando um êxodo e aumentando o desejo de uma vida melhor em outro continente.

2.1 - Imigração Alemã no Brasil

A imigração de alemães para o Brasil, como mencionado no parágrafo anterior, aconteceu em três períodos distintos. Diversos autores estudados como: Giralda Seyferth, Guido Lang, Luiza Iotti, etc, propõem a seguinte periodização: 1818 – 1830, como primeiro período, 1845 – 1914, como segunda fase e 1914 – 1950-60 como terceira fase. Os primeiros registros de colonização alemã no Brasil datam do ano de 1818, período anterior a sua independência, na província da Bahia. Os primeiros empreendimentos foram vistos pela Coroa como mal sucedidos e seu fracasso foi atribuído ao clima tropical. Também segundo Weizenmann, 2017, o não sucesso destas colônias dava-se devido aos proprietários de terras acharem que os imigrantes seriam uma espécie de continuação da escravidão e que poderiam utilizar sua mão de obra de forma escrava sem precisar lhes pagar qualquer quantia em dinheiro.

Na primeira fase (1818–1830), imigraram pessoas de uma mesma comunidade, com organização social fechada, de estrutura patriarcal, muitas autossuficientes e resistente a culturas e opiniões advindas de grupos externos. Quando se instalaram nas colônias que lhes foram postas, isolavam-se, ou seja, pouco era o contato com outros colonos ou pessoas que lhes fossem desconhecidas.

Segundo Nara Maria Carlos de Santana (2010, p. 237), imigraram na segunda fase da imigração (1845 – 1914) grupos chamados de 1848, estes seriam indivíduos advindos dos fracassos das revoluções de 1848-49 nos Estados alemães, militantes

liberais que fugiriam para o Brasil, como é o caso dos Brummer¹. Da mesma forma, outros imigrantes tinham identidade comum aos que já haviam embarcado para o Brasil no período anterior, mas eram heterogêneos, dividindo-se em conservadores (alinhados a uma política tradicional, sem mudanças rápidas) e liberais (liberdade individual e igualitária), mantendo, especialmente, características agrícolas.

A terceira fase de imigração (1914 – 1950-60) caracteriza-se pela vinda de imigrantes que tinham pouca ou nenhuma ligação agrícola. Eram membros de uma sociedade burguesa, como oficiais do exército, médicos, engenheiros, advogados, comerciantes, professores e o proletariado advindo das indústrias. Todos buscavam no Brasil a alternativa de uma vida melhor.

A data oficial e também marco do início da colonização no Brasil dá-se em 25 de julho de 1824, quando chegaram a cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, as primeiras famílias de colonos. Esta data caracteriza o início da primeira fase de colonização alemã no Brasil. No entanto, essa ideia não é compartilhada por todos os estudiosos. Neste sentido, por exemplo, Armindo L. Müller, pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB de Nova Friburgo) nos anos de 1998 – 2008, afirma que o início da colonização deu-se na cidade de Nova Friburgo em 3 de Maio de 1824. Nas palavras do autor, a imigração teria origem em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, e posteriormente teria se deslocado, chegando a região sul do país. A imigração na cidade de Nova Friburgo tinha como principal motivo povoar e fazer com que terras despovoadas produzissem quantidades suficientes de

¹ Brummer, segundo Weizenmann, 2015, são os soldados e oficiais pertencentes a Legião Alemã, que o Império brasileiro mandara buscar para empreender a luta contra Rosas. Alguns desempenharam funções políticas, sociais e econômicas passando a serem chamados de Brummer.

alimentos para abastecer a cidade do Rio de Janeiro, que crescia populacionalmente e passava por diversos períodos de crise de abastecimentos.

Neste contexto do século XIX, surge a figura do colono-imigrante. Conforme o Dicionário Aurélio, colono é o indivíduo que faz parte de uma colônia, o cultivador. Já o Dicionário Michaelis, traz mais específica a definição de colono, facilitando a compreensão histórica e o objetivo pelo qual os imigrantes aportaram em terras brasileiras,

- 1 Indivíduo que faz parte de uma colônia; o que habita uma colônia.
- 2 Indivíduo (emigrante ou migrante) que se estabelece em terra estrangeira ou em terreno inculto para desbravá-lo, povoá-lo, cultivá-lo ou explorá-lo.
- 3 Indivíduo que vive e trabalha, como agricultor ou criador, em terra alheia e recebe um salário. (DICIONÁRIO MICHAELIS, 2015)

Ronaldo Vainfas, em seu livro intitulado *Dicionário do Brasil Imperial 1822-1889*, (2002, p. 152) explica mais afundo o conceito de colono ou colonização. Em suas palavras, colonização quer dizer, o estabelecimento de núcleos de europeus em terras brasileiras e colono, dividido em duas categorias, o do Brasil meridional, lavrador autônomo assentado em pequenas propriedades, e o colono das regiões cafeeiras, o trabalhador rural.

“Os pioneiros vieram em dois navios (Argus e Caroline) até a Praia Grande. A grande maioria dos passageiros constava de soldados. (...) Os demais imigrantes, em sua grande maioria lavradores” (MÜLLER, 2005, p. 75). Muitas foram as famílias que chegaram ao Brasil com a primeira leva de imigrantes. Estima-se que durante o primeiro período de imigração alemã para o Brasil (1818-1849), tenham entrado 6.983 colonos em cada década (SEYFERTH, 1994, p13). Muitas são as famílias que imigraram para cá, entre os sobrenomes é possível citar como exemplo as famílias

Klein, Schneider, Ulrich, Müller, Schmidt, sobrenomes mais conhecidos e comentados por não descendentes de imigrantes alemães.

Insere-se neste contexto uma pergunta que permite analisar a complexidade da imigração para o Brasil: por que este contingente populacional resolveu abandonar sua terra natal para imigrarem a um local desconhecido? Internamente, a Europa passava por um processo de crescimento industrial, e de uma constante separação entre as fronteiras consideradas interiores e urbanas.

A emigração de alemães se insere no contexto de motivações gerais da emigração europeia, causadas por transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. O crescimento do capitalismo industrial e a consequente decomposição dos laços feudais geraram um ambiente de repulsão populacional diante de uma fronteira aberta e diante do sonho da América. (GREGORY, 2011, p. 11)

Neste sentido, Gregory quer dizer que o continente europeu como um todo, passava por um processo de transformações políticas, culturais e sociais. As pessoas optavam emigrar das zonas rurais para as urbanas pois a vida na cidade parecia ser melhor. Da mesma forma, havia uma forte imagem sobre uma América farta, uma América onde tudo o que se plantava nascia, desenvolvia-se e posteriormente colhia-se. Soma-se a isso uma intensa propaganda de que aqueles que emigrassem para o Brasil teriam as despesas de viagem pagas pelo governo brasileiro, incluindo a entrega de insumos e ajuda financeira para começar a vida no Brasil.

Inicialmente, quem subsidiava a vinda do imigrante para terras brasileiras era o próprio Estado brasileiro, que cobria as despesas de deslocamento, doando lotes de terras para que os colonos as desbravassem. Os colonos recebiam lotes de 70 a 77 hectares, recebiam também sementes e subsídios parcelados, para que pudessem se instalar e começar a vida na terra. “A única condição imposta era a inalienabilidade das terras recebidas por um período de dez anos” (ROCHE; PELLANDA apud IOTTI, 2003, p. 3-4). Mais tarde, o processo de imigração alemã coube às companhias

privadas. Estas eram responsáveis por trazer novos imigrantes para o Brasil e instalá-los nas colônias já fundadas ou dar início a novas colônias, como a Colônia Teutônia, fundada pela Empresa Colonizadora Carlos Schilling, Lothar de la Rue, Jacob Rech, Guilherme Kopp e Companhia. A privatização do movimento imigratório passou a ser altamente lucrativo, uma vez que nas colônias que foram criadas, as companhias tinham direito de cobrar impostos sobre as mercadorias produzidas nesses espaços. As empresas colonizadoras pagavam as despesas dos imigrantes, porém estes deveriam devolver o investimento através do pagamento de produtos que os mesmos colhessem após o plantio das sementes. As primeiras devoluções por parte dos colonos levava um certo tempo, pois estes recebiam os lotes de terras totalmente “virgens”. “Barreiras naturais, como rios e serra, foram transpostas e não impediram que homens carregados de mercadorias e desejos trilhassem os mais distantes caminhos para comprar, vender e matar a fome real e/ ou intelectual que os motivava a andar” (WITT, 2008, p. 12). As dificuldades enfrentadas pelos colonos foram grandes, eles desconheciam o que lhes esperava. Desejavam, conforme seus primeiros planos, possuir um lote de terra para plantar colher e sustentar a sua família e estabelecer naquele pedaço de terra um vínculo, social e afetivo com o povo que ali se estabeleceu, preservando traços culturais que garantiam vínculos com a sua terra natal, mantendo as tradições e costumes.

2.2 Imigração Alemã no Rio Grande do Sul

O marco inicial da imigração alemã no Rio Grande do Sul, como já mencionado, ocorreu no dia 25 de julho de 1824, quando os primeiros colonos chegaram à Linha Cânhamo, atual município de São Leopoldo. Os colonos vinham de regiões como

Hunsrück, Saxônia, Württemberg, Saxônia-Coburg. Ao chegarem nas localidades, deveriam dar início ao cultivo da terra, bem como dar conta de construir suas moradias, já que nada disto lhes estava garantido. O Império procurou instalar estes imigrantes em áreas próximas a rios, pois desta forma seria possível um melhor escoamento da produção, proporcionando um melhoramento nas estradas que já existiam. A partir da aproximação das colônias com os rios, foi possível proporcionar o desenvolvimento agrícola nestas zonas de imigração, ou seja, o colono plantava e colhia o produto e o excedente era comercializado através de trocas de produtos, prática mais comum adotada entre os diferentes grupos, ou a venda. O principal destino do produto excedente era a Capital da província², Porto Alegre, favorecendo uma forte ligação da capital com as colônias.

A nova pátria, como chamavam os colonos que aqui chegaram, encontraram regiões que eram divididas por vales, montanhas, rios, variedades de solo, etc. No livro intitulado *Cem Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul*, Amstad, traduzido por Artur Blasio Rambo p.20, há um trecho que exemplifica esta situação:

Conclui-se que o Estado do Rio Grande do Sul exhibe uma enorme variedade de solos: ao longo de rios estendem-se grandes baixadas, na campanha e no alto da Serra extensões de coxilhas a perder de vista, cobertas em parte com mato, em parte com campos interrompidos por linhas de matos de diversos tamanhos. Nos declives das montanhas e nos vales da Serra Grande, encontra-se finalmente o solo arável, íngreme, mas de alta fertilidade, preferido pelos imigrantes alemães para se estabelecerem. (AMSTAD, Theodor. 1924, p. 20)

Os alemães transformaram este cenário com a implantação da pequena propriedade privada, policultura e de subsistência. Cabe ressaltar que um grande número de imigrantes chega ao Rio Grande do Sul somente após os anos de 1845, quando findou a Guerra dos Farrapos. Antes de passar a responsabilidade à

² O Rio Grande do Sul, na época da colonização, era denominado de província e não Estado, o que só passou a ocorrer em 1889 com a Proclamação da República.

Província, quem cuidava dos assuntos de imigração era o Império Brasileiro. Finalizado o período da guerra civil que perdurou por dez anos, a província passou a receber novamente imigrantes para o território gaúcho. Estima-se que “de 1848 a 1874, o governo provincial fundou quatro colônias: Santa Cruz (1849), Santo Ângelo (1857), Nova Petrópolis (1858) e Monte Alverne (1859). Além destas, foram criadas uma série de outras colônias particulares, tais como: Teutônia (1858), São Vendelino (1861), Candelária (1864), Arroio do Meio (1869) e Cafundó (1873)” (IOTTI, 2003, p.15), ou seja, vários foram os colonos que desembarcaram em terras gaúchas, bem como várias colônias foram criadas, tanto privadas como financiadas pela província para abrigar o contingente de alemães que chegava.

Os colonos receberam terras para cultivo através da posse ou concessão de sesmarias. Sesmarias eram terras virgens doadas ou ganhas por um indivíduo através da hereditariedade para que fossem cultivadas. O agricultor deveria cumprir um contrato. O seu não cumprimento, implicava na perda da concessão da terra. Segundo Tramontini, (1994, p. 56), a fiscalização não se dava de forma efetiva, pois a Metrópole estava mais preocupada com a expansão territorial e defesa das fronteiras do que em conferir se as distribuições das sesmarias estavam de acordo com o planejado. Não foi fácil para os colonos instalarem-se nas novas regiões, com exceção de Porto Alegre e outras regiões já colonizada por açorianos vindos da Ilha dos Açores, no ano de 1752. As demais eram áreas cobertas por vegetação densa. Caberia a esses camponeses dar início à construção de casa, armazéns, escolas, igrejas e, principalmente, dar início ao trabalho na terra, desmatar para criar lavouras, comercializar, fazer crescer a colônia. Outra situação que os imigrantes enfrentavam ao se instalarem eram os confrontos com habitantes originais destas terras, os índios. Antes mesmo da descoberta do Mundo Novo, estes indígenas já se faziam presente

no continente, devastadoramente foram mortos e suas terras foram-lhes tiradas pouco a pouco por fazendeiros ou pelo Estado para que a colonização pudesse ser efetivada. Felipe Kuhn Braun em seu livro intitulado *História da Imigração Alemã no Sul do Brasil* (2010, p. 49), traz um depoimento de um imigrante alemão. Neste depoimento o colono relata que após construir sua casa de madeira, a cercou com estacas para protegê-la dos animais selvagens e dos bugres, como eram chamados os indígenas. O colono relata, ainda, um ataque que seus parentes haviam sofrido pelos índios, mas que foram repreendidos pela ação de armas que a família possuía.

Como destacado anteriormente, muitos núcleos de colonização foram fundados próximos das margens dos rios. Havia um propósito nisso, facilitar o escoamento da produção, obter melhor acesso e comunicação entre as cidades. A colônia de São Leopoldo foi ocupada através de empreendimentos particulares às margens do Rio dos Sinos, e a partir dela foram criadas as de Mundo Novo, Padre Eterno, Sapiranga, Picada Verão, Bom Princípio, Caí, Montenegro e Nova Petrópolis. No Vale do Taquari instalaram-se às margem do rio Taquari e seus afluentes, como o Arroio Boa Vista, responsável pelo escoamento da produção da então criada Colônia Teutônia. Desenvolveram-se ali, ainda, as atuais cidades de Estrela e Lajeado. No Vale do Rio Pardo originaram-se as colônias como Monte Alverne, em Santa Cruz do Sul e de Santo Ângelo, também próximo as margens de rios, como o Rio Pardo, por exemplo.

Ao final do século XIX, as áreas próximas aos rios já se encontravam em grande parte ocupadas, desta forma “iniciou-se então a colonização do Alto Uruguai, com colônias que iam desde Marcelino Ramos até o Rio Ijuí” (BRAUN, 2010, p.46). Muitas delas foram concebidas a partir de empreendimentos particulares, outras iniciadas através de incentivos do governo do Rio Grande do Sul e, ainda, pelo governo federal.

As primeiras construções realizadas pelos imigrantes eram extremamente rústicas, constituíam-se de uma espécie de choupanas. “Árvores frondosas eram derrubadas e falquejadas³ em barrotes⁴, tirantes⁵ e ripas” (GERHARDT, 2004, p. 39). Galhos finos serviriam como telhado, protegendo-os das tempestades. Inicialmente, o piso das choupanas era de chão batido, e apresentavam somente dois cômodos que seriam a cozinha, para o preparo das refeições e o quarto para o descanso. O abastecimento de água nas colônias se fez em primeiro momento através dos rios. Mais tarde construíram cisternas que captavam a água da chuva, utilizando um sistema de roldana para retirar o líquido de dentro das cisternas.

Depois que as colônias já estavam bem formadas e estruturadas, as construções passaram a ser mais desenvolvidas, proporcionando um maior conforto para os colonos. Nos lotes, construíram casas maiores compondo-as da seguinte forma: dormitórios e sala familiar separados pelo adrio⁶. O banheiro constituía-se de uma casinha separada da casa. Do lado oposto à sala, a o dormitório encontrava-se a cozinha e o refeitório. Os imigrantes construíam a cozinha separada do restante da casa para evitar que toda a casa queimasse se um incêndio acontecesse, desta forma preservar-se-ia quartos e sala, precisando apenas reconstruir a parte queimada. Havia, ainda, a existência de um porão, que serviria para guardar os mantimentos e materiais para a lida no campo, como ferramentas e sementes. Ao redor da casa ficava o jardim, neste espaço eram cultivado pomar e horta. Em torno de 80 a 100 metros de distância da cozinha, o terreno era destinado para a construção de abrigo para os animais como chiqueiros e galinheiros.

³ Deixar um tronco de árvore em formato quadrado, através de um machado.

⁴ Espécie de viga para sustentação de piso ou teto construído pelos colonos.

⁵ Peça estrutural que tem por função resistir a forças ou tensões.

⁶ Espécie de sala que separa um cômodo de outro.

2.3 A educação no contexto da imigração alemã no Rio Grande do Sul

Desde o início, os colonos que imigraram para o Brasil e para o Rio Grande do Sul, tinham como prioridade a construção de suas moradias e escolas, no intuito de educarem os seus filhos.

Para onde quer que o alemão se dirija, e onde constrói sua cabana, por primeiro providencia pela escola, a escola alemã com língua alemã. Mesmo que no começo a vida seja dura, se o trabalho é pesado e mão com calos, o colono alemão pela sua escola, providencia os meios necessários (AMSTAD, 1924, p.466)

Pela citação, percebe-se a preocupação existente entre os colonos em educar seus filhos, conhecedores de noções básicas de cálculo e letramento. A educação nas colônias deu-se de forma comunitária, pois era mantida pelos próprios colonos através de contribuições mensais, assim como toda a vida social e cultural das colônias que girava em torno da ajuda mútua entre os indivíduos que nela estavam alocados. Escolhia-se uma pessoa entre todas da colônia, normalmente esta pessoa era mais velha e dispunha de mais conhecimento sobre noções básicas de matemática e letramento. As aulas eram ministradas em língua alemã, sendo as primeiras aulas lecionadas sob a sombra de uma árvore até que fosse providenciada a construção de uma casa destinada como escola e igreja. O aprendizado em língua alemã garantia, de uma forma ou outra, que suas origens não fossem perdidas.

No contexto educacional das comunidades teuto-brasileiras, a instrução dos filhos dos colonos estava vinculada a uma pregação religiosa. Já que ainda não havia um espaço construído que servisse como igreja, o espaço escolar era utilizado para ambos e deveria ser a primeira instância para a formação de um bom cristão.” As escolas seriam um mecanismo tanto para a melhor formação religiosa de seus filhos quanto para despertá-los para a vivência da cidadania” (KREUTZ, 1994, p.151). A

concepção de escola e de igreja estavam vinculadas a um pensamento organizacional baseados em questões sociais, políticas e econômicas. As escolas, como já mencionado, estavam ligadas a uma instituição religiosa, sobretudo à Igreja Católica e à Igreja Evangélica Protestante, que foram as crenças predominante entre os colonos. Segundo Lúcio Kreutz (1994), houve quatro períodos históricos a respeito da formação das escolas teuto-brasileiras, sendo estes os anos de 1825-1850, 1850-1875, 1875-1900 e 1900-1938. Na primeira fase, as escola eram precárias, restringiam-se apenas ao ensino básico indispensável. Ao final da primeira fase, as escolas de confissão católica contavam dez contra quatorze evangélicas. Na segunda fase, as escolas contavam com o apoio dos Brummer (soldados germânicos, remanescentes dos conflitos contra Oribe e Rosas na Guerra do Prata) para ensinarem os filhos dos colonos, incentivando o associativismo e a participação política. Ao fim da segunda fase, as escolas católicas contavam com cinquenta escolas enquanto as escolas evangélica somava-se um total de quarenta e nove. A terceira fase caracterizou-se pela oposição de ambas ao liberalismo estimulado pelos Brummer. Nesta fase, as escolas passaram a ser vinculadas a projetos específicos de cada igreja, bem como iniciou-se a formação de associações de professores, criando um canal de comunicação entre Igreja e escola. O período termina com 153 escolas de confissão católica e 155 de confissão luterana. A quarta fase, ainda segundo Kreutz, foi o período de maior desenvolvimento das escolas teuto-brasileiras, foram criadas e solidificadas estruturas de apoio a questões escolares. Iniciou-se uma fase de grande produção de materiais didáticos baseados no cotidiano do aluno, adequado aos objetivos que as escolas esperavam de seus alunados. Este período encerra-se com 310 escolas católicas, 365 evangélicas e 112 mistas no ano de 1920, 429 escolas católicas, 570 evangélicas e 42 mistas, no ano de 1935.

3 COLÔNIA TEUTÔNIA

No capítulo anterior da presente monografia, deu-se destaque ao movimento de imigração alemã para o Brasil. Neste sentido, foram estudados os contextos imigratórios desse fluxo para o Brasil e para a Província do Rio Grande do Sul. Através das análises, foi possível apresentar que a primeira leva de imigrantes, de origem teuta foi instalada na Província da Bahia, em 1818. Porém, estas colônias não obtiveram sucesso e seu fracasso foi atribuído sobretudo, ao clima tropical, acrescentadas outras atribuições para o insucesso da colônia, como por exemplo, a mentalidade dos fazendeiros, os donos das terras, que acreditavam que os imigrantes seriam a continuação do trabalho escravo.

A vinda de estrangeiros para o país, a partir de 1824, foi uma ideia do Estado brasileiro, que tinha por intuito criar núcleos coloniais de pequenos fazendeiros, criando uma classe média, ou seja, uma classe que não seria superior aos ricos fazendeiros e nem inferior, como a dos escravos. Também tinha por objetivo, colonizar e fazer produzir áreas que eram consideradas pelo Estado, como vazias demográficas, além de criar um contingente populacional apto a defender as fronteiras do território. Aliado a tudo isso, tinha-se o propósito de acabar com o tráfico negreiro, acabar com a escravidão, introduzir uma mão de obra assalariada e esbranquiçar a população. Esta política ficou conhecida como política do branqueamento. Vimos ainda que, ocorreram três fases de imigração alemã no Brasil, trazendo para cá inúmeras famílias dos diversos Estados alemães, já que a Alemanha unificou-se, somente, em 1871.

Como já mencionado, no Rio Grande do Sul, os primeiros alemães chegaram em 1824, ao atual município São Leopoldo. Custeados pelo Estado brasileiro, deveriam dar início ao cultivo da terra, bem como iniciar a construção de suas moradias. Estas eram constituídas por uma espécie de choupana, até que pudessem construir algo melhor. Colonizaram áreas próximas aos rios, possibilitando um melhor escoamento da produção. As terras eram dadas aos colonos através de posse ou concessão de sesmarias. Para estes imigrantes, o início não foi fácil, uma vez que, encontraram regiões que eram divididas por vales, montanhas, rios, com variedades de solo, mata densa, além de terem que enfrentar antigos moradores das regiões, os índios. Era preciso, primeiro plantar na incerteza, pois não conheciam o solo, para depois, com a bem sucedida colheita, investir mais. Como colocado anteriormente, até a Guerra dos Farrapos, quem cuidava das questões imigratórias era o Estado brasileiro, o que viria a mudar com o fim da guerra civil, quando a província passou a exercer a função de mediador nos processos de imigração.

Inicialmente, quem custeava a vinda dos imigrantes para o Brasil era o Estado brasileiro. Nestas despesas estavam inclusos a vinda para cá, a distribuição de terras e de sementes para dar início ao plantio e subsídios, pagos a longo prazo, para que os imigrados pudessem instalar-se e iniciar suas vidas no novo país. Mais tarde, a responsabilidade em trazer novos imigrantes foi incumbido às companhias privadas. Estas surgiram atraídas pelo fato de que era possível ganhar boas quantias de dinheiro, tornando o negócio da imigração algo lucrativo. As companhias custeavam a vinda do imigrante através de empréstimos, bem como a compra de lotes de terras, ferramentas para a lida no campo e sementes. Poderiam, também, cobrar impostos sobre as colônias, aumentando ainda mais sua lucratividade. Estes empréstimos deveriam ser pagos com as sucessivas colheitas das sementes. A privatização da

imigração alemã fez com que inúmeras colônias surgissem, a grande maioria nas encostas de rios, por onde o excedente produzido seria escoado para a comercialização, tornando as colônias prósperas. Usamos como exemplo, a Colônia Teutônia, no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, (que será estudada mais detalhadamente a seguir), que surgiu através de uma iniciativa privada. O senhor Schilling, adquiriu terras devolutas para construir a nova colônia, trazendo velhos e novos imigrantes para aquela região. Desta forma, pretende-se, a seguir, detalhar a formação e estruturação histórica da Colônia Teutônia bem como trabalhar a questão escolar. Assim, partindo-se desse contexto imigratório, o objetivo será alcançar o cotidiano da Colônia Teutônia, dando destaque à formação e à estrutura das escolas comunitárias desse espaço, para que ao longo desta monografia, quando serão utilizadas fotografias e relatos orais, possam ser identificados, nos anos de 1940-1980, aspectos característicos do contexto educacional teuto-brasileiro que se vinculam às escolas comunitária no período de formação da colônia.

3.1 – Formação e estruturação históricas da Colônia Teutônia

Para que o estudo da formação e estruturação da Colônia Teutônia seja possível, é necessário retroceder no tempo e chegar ao período da colonização alemã no Brasil, o que já foi explorado no capítulo anterior. O surgimento desta colônia se fez igual a tantas outras, através de companhias particulares. Os empreendedores compravam terras e as dividiam em lotes para, então pô-los à venda aos imigrantes, através de empréstimos que serviram não somente para comprar os lotes de terra, mas também as ferramentas, sementes, alimentos. Subsídios básicos para que os imigrantes pudessem iniciar a construção de casas, derrubar a vegetação densa e começar o plantio das sementes. Segundo Lang (1995, p. 13) “a elevada taxa de

natalidade dos colonos gerou excedentes populacionais que, junto com o afluxo de outras levas de imigrantes, levou à ampliação da área inicial da Colônia São Leopoldo”, ou seja, a região berço da colonização já não conseguia suportar o excesso de pessoas que se fixavam ali. Desta forma, sua área inicial se ampliou e atingiu as encostas do Planalto Meridional, fazendo surgir outros núcleos de colonização. A partir de 1853, os colonos ocuparam espaços do Vale do Rio Taquari, como “os núcleos coloniais de Conventos, Estrela, Maratá, Mariante, Santa Maria da Soledade...” (LANG, 1995, p. 13). Porém, as futuras terras que constituiriam a Colônia Teutônia, ainda se constituíam de terras devolutas⁷, sendo o seu acesso somente possível através da vila Taquari.

A Fundação da Colônia Teutônia foi uma ideia do senhor Karl Schilling,⁸ comerciante e atacadista na Capital da província.

Imigrante alemão, nascido em 1802, e que veio ao Brasil em 1829, fixando residência em Porto Alegre, Estabeleceu-se com o comércio de ferragens, maquinaria e material de construção e durante muitos anos costumava visitar os imigrantes alemães da região de São Leopoldo, vendendo aos mesmos o seu produto. Numa dessas visitas nasceu a ideia de, propriamente, colonizar terras. (GERHARDT, 2004, p. 28)

Pela citação acima, podemos perceber que o imigrante Schilling, advinha de um grupo diferente de imigrantes dos que já haviam chegados em São Leopoldo. Até então, o grupo de imigrantes era constituído por agricultores. Por outro lado, o futuro fundador da Colônia Teutônia era comerciante, já exercia essa profissão antes de imigrar para o Brasil continuando a exercer seus ofícios em Porto Alegre após sua chegada, fornecendo o abastecimento de alimentos, sementes e ferramentas para a lida no campo nas colônias.

⁷ Terras desocupadas, sob posse do governo Estadual ou Provincial, o que não significa um vazio demográfico, pois a região já havia sido ocupada por diferentes povos indígenas.

⁸ Existe a variação para o nome Karl Scilling, podendo este ser encontrado também escrito Carlos Scilling

Devido ao contato de Schilling com a colônia de São Leopoldo, com a qual mantinha relações comerciais, e seu forte desejo de adquirir novas terras e colonizá-las, a Colônia Teutônia nasceu em 1858, quando o comerciante descobriu que, “na localidade acima de Taquari, haviam terras, de boa qualidade e disponíveis” (GERHARDT, 2001, p. 28). O fundador da colônia saiu de Porto Alegre, via fluvial, e chegou a Taquari. Lá obteve informação a respeito das terras e de seus donos. Passado algum tempo, conseguiu contatar o senhor Queimas, que seria um dos proprietários daquelas terras negociadas pelo comerciante. O mesmo recebeu autorização do senhor Queimas para comunicar o administrador de suas terras e dar início aos tramites para a instalação da colônia. O administrador de Queimas residia em Porto Ursula, local, atualmente, denominado Bom Retiro do Sul. Segundo Ahlert (2005, p. 81), Schilling teve a ideia de adquirir terras devolutas. As terras que o pioneiro da colônia adquiriu eram cobertas por matas e prejudicadas pelo isolamento, mas que, previa para as mesmas um futuro próspero. “A denominação de Teutônia seria uma referência às tribos bárbaras dos teutões, que tinham sido moradores das margens do Mar Báltico e de muita influência na formação do povo alemão” (LANG, 1995, p. 14). A seguir a imagem da Planta Baixa da Colônia Teutônia, adquirida por Schilling, com seus limites territoriais, em 1887.

Figura 1: Planta baixa da Colônia Teutônia.

infraestrutura para a instalação dos imigrantes alemães, na Colônia Teutônia não foi diferente.

Comercializou-se as colônias ou prazos coloniais sem as mínimas condições de infraestrutura. A companhia encarregou-se unicamente da divisão da área em lotes e abriu algumas picadas (trilhas – posteriores estradas) para a demarcação dos prazos coloniais. Tratou, em seguida, de iniciar a comercialização das colônias[lotes] demarcadas, enquanto deixava a tarefa de construir e preservar as picadas, organizar escolas, igrejas e sociedade aos colonos (satisfeitos em terem acesso à propriedade). (LANG, 1995, p. 14).

Conforme Lang, é possível perceber que as novas colônias que foram fundadas tinham por característica comum o fato de que eram os colonos quem deveriam organizar o espaço e a vida social. Os proprietários das colônias apenas forneceriam os empréstimos necessários para que o desenvolvimento das colônias ocorresse. Os colonos, como mencionado, aceitaram, inicialmente, as condições, pois, desta forma, seriam eles, os donos de terras.

Schilling desconhecia a área que havia comprado e foi necessário contratar pessoas que o guiassem em suas terras adquiridas. Assim o fez, contratando dois capatazes, conhecedores daquela região, que o levaram até a referida área. No retorno, o comerciante dirigiu-se à Vila de Taquari e registrou no cartório local a aquisição das léguas quadradas.

Após dois meses de preparativos, os três [Schilling e dois colonos] senhores viajaram diretamente de Porto Alegre para Porto Ursula, e, daí, alugando conduções e animais para o transporte, chegaram às terras tão esperadas e cobiçadas. Puseram mãos à obra, abriram uma clareira, construíram cabanas e fizeram o levantamento topográfico. (GERHARDT, 2004, p. 29)

Além de Schilling e sua família, e os dois colonos que o acompanharam para colonizar as terras adquiridas, após o seu retorno de uma viagem a Porto Alegre, trouxe mais dois colonos e suas respectivas famílias, sendo eles “Wilhelm Brust e August Böhmer, sendo estes o seus substitutos em sua ausência e os interessados

August Flech e Karl Schneider, dois jovens, recém casados e vindos da Alemanha” (GERHARDT, 2004, p 29). Segundo Gerhard, estes seriam os quatro pioneiros na colonização da Colônia Teutônia.

Os primeiros meses de colonização não foram fáceis para os que decidiram fixar nova vida, trabalho e morada, nem para o comerciante Carlos Schilling. Para os imigrantes, faltava o ambiente de convívio com outros imigrantes, uma vez que estavam sozinhos naquele lugar, sentiam-se desconfortáveis, também, devido às precárias condições em que viviam, como acomodações e alimentação, por exemplo. Para Schilling, faltava o retorno financeiro que ele havia investido para a consolidação da colônia. No livro intitulado *Colonização de Teutônia e Corvo – Imigração Alemã no Sul do Brasil*, de Ruben Gerhardt (2004, p. 29), há uma passagem que mostra que até 1857, reinava um espírito de tristeza entre os colonos devido ao isolamento. Isto viria a mudar no final daquele ano e aumentar, gradativamente, com a vinda de novos casais de imigrantes no ano seguinte. Em outro trecho, o mesmo autor enfatiza que, com a vinda desses novos imigrantes e com as mudanças no convívio social, algumas práticas foram implantadas, como aulas de matemática e de língua, entre os filhos dos colonos, além de aulas de religião, já que pastores ou padres só compareciam nas localidades uma vez por ano, a escolha de uma senhora que atuaria como parteira, além do registro em livro dos batismos e dos óbitos, que eram confirmados nas visitas anuais dos pastores. Estas transformações aumentaria o envolvimento comunitário das famílias, no que diz respeito à construção de casas, abertura de picadas, ruas, etc, e Schilling recuperava seu investimento com a venda dos lotes coloniais aos imigrantes que ali chegavam.

Segundo Lang (1995), os colonos deveriam enfrentar problemas como acostumar-se com o novo clima, por enfrentar doenças, fome, insetos, aprender a

conhecer o solo e as novas culturas que lhes eram impostas, como a plantação de abóbora, cana de açúcar, chuchu, feijão, lentilha, mandioca, etc. A principal preocupação dos diretores das colônias era a de que o mais breve possível os colonos comesçassem a cultivar a terra. Desta forma, ao chegarem, os colonos eram conduzidos, imediatamente, aos seus respectivos lotes e instruídos a começarem o plantio. Não obstante, os lotes de terras foram sendo divididos aos colonos para que cada um tivesse acesso a picadas e aos cursos d'água, para escoamento da produção.

Os colonos fomentaram a policultura, que lhes poderia garantir a fartura, preocuparam-se em criar animais domésticos e produziram produtos que tivessem aceitação no mercado em maior quantidade. Enfatizou-se, em decorrência, o plantio do feijão preto e da lentilha, aumentou-se a produção de gado e porcos, que forneciam nata e banha⁹. Trataram, desta forma, de permutar produtos coloniais pelo sal, ferramentas, sementes. (LANG, 1994, p. 18)

Em 1861, Carlos Schilling convidou três comerciantes porto-alegrenses para formarem juntos uma nova companhia colonizadora. Esta ideia surgiu devido ao fato de que “durante o ano de 1859 foram vendidos 26 lotes e em 1860 os últimos dezoito” (GERHARDT, 2004, p. 31) lotes de terras da Colônia Teutônia. Para que a colonização continuasse na região, era necessário aumentar a área da colônia. Desta forma, “adquiriu, em 1862, um trato de terra que se interpunha entre a colônia e o Porto Ursula ou Porto dos Barros, existentes antes do porto de Bom Retiro, que seria fundado em 1875 por Jacó Arnt” (AHLERT, 2005, p. 82). Os quatro comerciantes fundaram então uma nova companhia colonizadora, levando esta o nome de seus fundadores: Carlos Schilling, Lothar de La Rue, Jacob Rech e Wilhelm Kopp, respectivamente.

⁹ Devido ao mercado de banha, o produto recebeu o nome de ouro branco e mais tarde o Hospital da Colônia Teutônia recebeu o mesmo nome, derivado desta comercialização do produto. A banha era utilizada para conservar carnes, por exemplo, uma vez que não existia eletricidade ou geladeiras para a conservação.

Os primeiros diretores foram Schilling e De La Rue, sendo o primeiro responsável pela medição e topografia e o segundo pela venda e pelas finanças. Em 1862, De La Rue transferiu-se para a colônia e tornou-se o primeiro diretor da companhia. Após dois anos de fundação e administração da companhia, das novas terras que foram adquiridas, 31 lotes já haviam sido vendidos. Os dois primeiros lotes das novas terras foram vendidos aos irmãos Schwingel. O primeiro foi destinado a Cristiano Schwingel, em 5 de janeiro de 1863, que adquiriu o lote número dois da Picada Hermann. O segundo foi destinado a Conrado Schwingel, em 23 de novembro de 1863, adquirindo o lote número um da colônia, também na Picada Hermann. No trecho entre os atuais bairros Canabarro e Languiru, do município de Teutônia, encontravam-se alocados 70 habitantes, distribuídos em 16 casas. As terras compradas pela companhia somavam 27.372 hectares e os limites fronteiriços compunham-se da seguinte forma:

Ao SUL, partindo da atual localidade de Posses, terras de Tristão da Rosa, Serafim Praia e dos Moraes. Ao NORTE, com a divisa da Colônia Conde D'Eu, hoje pertencente ao município de Imigrante. Ao LESTE, com terras do Elys, hoje município de Montenegro e Garibaldi. Ao OESTE, com terras dos Queimas, família Wink e de Santo Pinto. (GERHARDT, 2004, p. 31)

Conforme Lang, (1994, p. 19), outras companhias participaram da ocupação da Colônia Teutônia, sendo estas a Sociedade Carlos Arnt e sua mulher Filiphina Arnt, Henrique Bier e sua mulher Joaquina Rita Bier e Luiz Bier e Sociedade Hunch e Companhia. A primeira foi responsável pela colonização da Picada Neu Ostereich (atual Linha Brasil, Paverama) e também uma pequena faixa de terras da Picada Hermann (atual Linha Germana). A segunda em comercializar terras devolutas da extinta Picada Huch, terras que circunvizinhavam a Colônia Teutônia.

Em 1866, a direção da Sociedade Colonizadora Schilling, De La Rue, Rech, Kopp e CIA, passou a ser de responsabilidade de Karl Arnt, pois De La Rua havia

adoecido e não dispunha de boa saúde para continuar frente à diretoria da companhia. Arnt se instalou em Glückauf (atual Canabarro), montou uma casa comercial, sendo o primeiro comerciante da colônia, e atuou, também, no ramo de transporte colonial, levando produtos coloniais até o Porto Ursula, trazendo de lá outros produtos que eram indispensáveis para o bom funcionamento da colônia.

A ocupação da Colônia Teutônia deu-se em três fases ou etapas. A primeira etapa pode ser estabelecida entre em 1858 a 1868. Nesta fase, foram colonizadas as picadas de Hermann, Glückhauf e Boa Vista, sendo estas os atuais bairro Canabarro, Linha Germana e Boa Vista, do município de Teutônia, respectivamente. Estas terras estavam situadas ao sul da colônia, às margens do Arroio Boa Vista. Instalaram-se nestas picadas imigrantes teuto-brasileiros e alemães provenientes de diversas regiões da Alemanha. “Estes foram atraídos pela propaganda da fertilidade das terras (...), assim como pela boa administração da colônia e na tentativa de fazer uma colonização, principalmente, com evangélicos luteranos” (LANG, 1994, p. 22). Nesta etapa, encontrava-se em visita à Colônia Teutônia, o pastor Wilhelm Kleingünter, que foi um dos pioneiros na vinda de imigrantes westfalianos para a colônia, através de suas recomendações a amigos pastores na região da Westfália, na atual Alemanha. Os imigrantes desta fase eram, principalmente agricultores, empregados, agregados e artesãos.

O pastor Wilhelm Kleingünter, que viria abrir novas perspectivas à colônia, com previsão de um novo surto de progresso. Sabedor de que muitos conterrâneos seus, pretendiam emigrar, escreveu aos pastores daqueles pagos, recomendando-lhes Teutônia, como empreendimento sério e constituído por uma população evangélica (AHLERT, 2005, p. 82)

A segunda fase iniciou-se no ano de 1868, estendendo-se até o ano de 1875. Este período abrange a colonização de terras que ficavam à margem direita do Arroio

Boa Vista. Nesta etapa foi que Karl Arnt assumiu a diretoria da companhia colonizadora, já que como mencionado, De La Rue se afastou por motivos de doença. Foram ocupadas as picadas de Frank, Welp, Clara, Catarina, Posses, no município de Teutônia, Schmidt, Neuhaus, Nove Colônias e parte de Catarina, no município de Westfália. Nesta segunda fase predominaram a vinda de colonos Westfalianos influenciados pelo Pastor Kleingünter.

A comercialização e ocupação destes lotes foi rápida, isto é, em menos de uma década vendeu-se toda a área. A característica dos prazos ficaram menores, e as terras começaram a ficar acidentadas (...) A extensão das picadas igualmente reduziu-se e estas localizavam-se no centro da Colônia Teutônia. (LANG, 1995, p.23)

Neste sentido, podemos afirmar que os novos lotes adquiridos pela companhias foram facilmente vendidos. A Colônia era bem falada fora de seus espaços, o que contribuía para a vinda de mais imigrantes.

A terceira etapa deu-se a partir do ano de 1876 até 1885. Nesta fase, a colônia expandiu sua área para o norte e colonizou a vertente do Arroio da Seca, que ligava Estrela e Garibaldi, marcada pela presença de terrenos acidentados das encostas do planalto. Surgiram as picadas de Catarina, município de Teutônia, Imhoff, Moltke, Köln, Berlim, Huch, Bismarck, município de Westfália, Arroio Seco, Frederico Guilherme, Horst e Silveira Martins, município de Imigrante. A agricultura foi dificultada, pois estes novos imigrantes alocaram-se em área montanhosas da Colônia Teutônia. Esta população constituía-se, homogeneamente, de Westfalianos. “Teutônia foi colonizada, portanto, num espaço de três décadas, nas quais predominaram os colonos provenientes da Westfália seguido dos pioneiros das velhas colônias” (LANG, 1995, p. 23). A isso, ainda, é importante destacar que “a população de Teutônia, que em 1862 era de 258 habitantes, subiu para 3.600 em 1890. Dez anos

mais tarde, em 1900, já somava 4.869, passando em 1911 para 6.993 e chegando em 1920 em 10.630 habitantes” (PELLANDA, 1925, apud AHLERT, 2005, p. 82)

Para finalizar o estudo sobre a formação e estruturação da Colônia Teutônia é indispensável colocar que, a pequena abordagem aqui trabalhada, visa mostrar que a colônia possuiu características muito comuns a outras que surgiram antes, durante ou depois dela, seja pelo processo de colonização por companhias privadas, ou pelas dificuldades dos imigrantes em instalar-se nas novas terras. Porém, certas dificuldades foram sendo administradas pelos seus moradores e, a cada nova leva de colonos, a colônia crescia e desenvolvia-se mais. O resultado, mais tarde, foi a elevação de colônia para freguesia pela lei provincial de 14 de dezembro de 1885. Quase uma centena de anos depois, em 24 de maio de 1981, a Colônia Teutônia, que já não mais se chamava assim, chegaria a um status administrativo ainda mais autônomo. Tornar-se-ia emancipado do município de Estrela.

3.2 Escolas e educação comunitárias nas áreas de imigração alemã

A cultura e a educação são dois fenômenos essencialmente sociais: apesar do choque psicológico que os colonos sofreram quando de sua instalação no Rio Grande do Sul, tiveram imediatamente o cuidado de assegurar o ensino e a educação de seus filhos e de transmitir-lhes seu próprio patrimônio. (ROCHE, 1962, p.664)

Com a passagem acima, pretende-se iniciar a abordagem referente às escolas e à educação comunitária nas áreas de colonização teuta e teuto-brasileira. Neste sentido, é fundamental compreender que as primeiras escolas instaladas pelos próprios colonos eram modestas e precárias, sendo o professor escolhido pela comunidade e normalmente este era uma pessoas mais velha com um conhecimento um pouco mais avançado que os demais da comunidade. Como já mencionado anteriormente, a instalação dos imigrantes alemães nas colônias foi um tanto quanto

conturbada. A eles foram prometidos terras, sementes e subsídios para iniciarem suas vidas na nova terra. De fato, muitos auxílios tiveram os imigrantes alemães, porém, de uma forma não eficiente, ou seja, aos colonos foram dados subsídios básicos para sua sobrevivência, o restante, caberia a eles construir. Ao chegarem em seus lotes, adquirido através de empréstimos, era necessário começar a trabalhar a terra. Com as terras cultivadas, uma nova preocupação tomava conta dos colonos: construir escolas para que seus filhos aprendessem lições básicas como ler, escrever e calcular.

A construção de escolas por parte dos colonos deu-se pelo fato de que “quando chegaram ao sul do Brasil, depararam-se com o completo descaso do governo provincial e imperial. Havia ausência de vias de transporte, falta de assistência médica religiosa e educacional” (KLAUCK, 2005, p.231). Ligado a isso estava as vivências em comunidade. Estas surgiram devido as afinidades de determinados grupos, podendo cada comunidade ser identificada por seus costumes, língua, religião, etc. Para Gertz (1991), o abandono das colônias, por parte do governo, também era visto como um fator para a formação das comunidades, incentivo para a criação de escolas comunitárias.

Os imigrantes alemães se estabeleceram em comunidades identificadas internamente, com certa unidade, não pelo simples desejo de formar quistos frente os grupos tradicionais lusos, do Rio Grande do Sul, mas principalmente pelo abandono em que se encontravam nas regiões coloniais. (GERTZ, 1991, apud KLAUCK, 2005, p.231)

Os imigrantes, desde a sua instalação, procuravam requerer junto ao governo provincial a construção de escolas nas colônias. Ao mesmo tempo em que o presidente da província buscava junto ao governo Imperial a construção das mesmas. Porém, poucos eram os resultados obtidos. A frustração dos colonos em não ter escolas para seus filhos crescia conforme viam que seus pedidos de instalação de

escolas públicas não eram atendidos, pois na Europa, grande parte das necessidades educacionais eram atendidas pelo Estado. Segundo Kreutz, “a época inicial da imigração alemã, no Rio Grande do Sul, coincide com a maré alta de implantação generalizada da escola elementar na Prússia e em outras regiões alemãs” (KREUTZ, 1994, p.151). Os imigrantes que vieram para o Brasil, estavam fortemente ligados a essa ideia de escola elementar, portanto, buscaram aqui as mesmas condições de estudo para seus filhos. Outro fator que complicava o entendimento entre colono e governo era a língua. Os alemães não falavam português, dificultando ainda mais sua relação com o governo provincial. Neste sentido, começaram eles mesmos a erguerem suas próprias escolas. O relato de Guilherme Frederico Francisco Bendlin (1998), descendente de imigrante alemão, faz-nos compreender que, realmente a questão escolar era vista pelos colonos como algo prioritário para a comunidade, pois, “tinha que construir as escolas. As prefeituras não podiam. (...) Nós tínhamos que se virar pra ter aulas para nossos filhos. Isso não foi fácil” (BENDLIN, 1998, apud CRUZ, 2000, p.240).

Todas as escolas criadas pelos imigrantes alemães estavam ligadas a uma religião. A religião predominante entre os colonos era a cristã protestante, advinda da Reforma Protestante realizada por Martinho Lutero, em 31 de outubro de 1517, quando o mesmo pregou as 95 Teses no Castelo de Wittenberg, contra diversos pontos da doutrina da Igreja Católica. Somente mais tarde, em torno de 1850, é que alemães de religião católica chegam ao Brasil. As escolas e as igrejas teriam funções interligadas, serviam “tanto para a melhor formação religiosa de seus filhos quanto para despertá-los para a vivência da cidadania” (KREUTZ, 1994, p. 151). Ainda segundo Kreutz,

Até o final do século XVIII, predominava na região da Alemanha o motivo religioso na educação. O objetivo era formar bons cristãos. Por isso, além do ensino formalizado do ler, escrever e contar, a catequese, juntamente com o ensino de rezas e cânticos era prioritária. O aspecto religioso era uma questão fundamental para a nomeação do professor. (KREUTZ, 1998, p.204)

Desta forma, a escola deveria ensinar o filho do colono a ser um bom cidadão e instruí-lo na formação religiosa, assim como a contratação do professor dependia da instrução religiosa daquele que fosse contratado. Para a comunidade, era fundamental que o professor fosse de confissão luterana, o que era comum, e deveria seguir fielmente a doutrina de Lutero. Lutero foi o grande incentivador do processo escolar, uma vez que ele acreditava que todo o crente deveria saber ler a Escritura.

A importância atribuída por Lutero à escola é revelada com base em dois textos clássicos, que permitem posicioná-lo também como um reformador religioso da Educação: Aos Conselhos de Todas as Cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs (1524) e Uma Prédica Para que se Mandem os Filhos à Escola (1530). (SANTOS, CECCHETTI, texto digital, p.7)

Ainda nas palavras de Lutero, aqueles que não fossem à escola, estariam contribuindo para a destruição do Evangelho, estaria o diabo exercendo forças sobre os adultos, e estes o atendiam não mandando seus filhos à escola.

O próprio Lutero havia alertado para o fato de que não enviar os filhos à escola contribui para a destruição do santo Evangelho e do Reino de Deus, ou no mínimo gera obstáculos para que a vontade divina seja realizada entre nós; em suma, corresponde a uma das estratégias de Satã em seu ataque à humanidade: “Entre suas artimanhas uma das mais importantes (se é que não é a mais importante) consiste em aturdir e enganar as pessoas simples de tal maneira que não queiram mandar seus filhos à escola nem encaminhá-los para o estudo” (LUTERO, apud SANTOS, CECCHETTI, texto digital, p.8)

Praticamente em todas as colônias de imigração alemã, escola e igreja funcionavam em um mesmo espaço, um único prédio serviria para ambas as funções. No início das atividades escolares, o professor era escolhido pelos moradores, devendo apresentar maior grau de instrução e que seria suficiente para transmitir conhecimentos básicos aos filhos dos colonos. Quando a escola passou a ter um

caráter confessional, o professor que ministrava as aulas poderia também ser o pastor da comunidade.

A partir da década de 1850 chegaram ao Rio Grande do Sul, homens alemães contratados pelo Imperador D. Pedro II. Estes homens foram acertados para tomarem a frente do exército como lanceiros¹⁰ e deveriam lutar contra Rosas, da Argentina, na batalha denominada de a Guerra do Prata. Porém, estes combatentes não se identificavam como tais e passaram a exercer outros ofícios como professor, uma vez que possuíam uma formação escolar superior aos que estavam lecionando.

Aos poucos, foram tornando-se conhecidos como Brummer, isto é, os questionadores da ordem vigente e incentivadores de novos empreendimentos em favor do desenvolvimento cultural e econômico. Boa Parte deles havia participado dos movimentos liberais na Europa, antes de 1848. (KREUTZ, 1991, p.59-60, apud KREUTZ, 1994, p.152)

Como mencionado, as igrejas passaram a controlar o ensino nas colônias, passando a educação a ser o seu principal ponto de apoio a ação de influência nos núcleos coloniais. A ligação escola e igreja era tão forte que o colono que, caso não se compromettesse a enviar seus filho a escola, sofreria punição. Segundo Kreutz (1994, p.153), a punição seria a exclusão de cerimoniais religiosos como a Primeira Eucaristia, para os católicos e a Confirmação para os evangélicos.

As escolas teuto-brasileiras estruturaram-se de forma grandiosa a partir de incentivos, advindos da criação de estruturas de apoios a essas escolas.

Associação de professores Teuto-Brasileiros Católicos no RS (Deutsch-Katholischer Lehrerverein), em 1898. Associação dos Professores Teuto-Brasileiros Evangélicos (Deutsch-Evangelischer Lehrerverein), em 1901. Jornal/Revista dos professores Teuto-Brasileiros Católicos no RS (Mitteilungen, depois Lehrerzeitung), de 1900-1939. Jornal/Revista dos Professores Teuto-Brasileiros Evangélicos no RS (Allgemeine Lehrerzeitung), de 1902-1939. Escola Normal ou Instituto de Formação para os Professores (Lehrerseminar). Havia três, de acordo com as confissões religiosas: a) a do Sínodo Evangélico Luterano Alemão de Missouri, Ohio e outros estados, fundada em Bom Jesus, perto de São Lourenço, em 1903; b)

¹⁰ Soldados de cavalaria armados com lanças.

A do Sínodo Rio Grandense, fundada em 1909, Funcionou no Asilo Betânia, Taquari, até 1910, quando foi transferida para Santa Cruz. Em 1926, foi transferida para São Leopoldo; c) A dos católicos foi fundada em 1902 em Bom Princípio, ficando a cargo dos Irmãos Maristas. O projeto não vingou por falta de candidatos. Em 1923, reiniciou em Arroio do Meio e em 1930 foi transferida para Novo Hamburgo. O Fundo de Pensão e Aposentadoria (RHGK= Ruhe und Hinterbliebene Gehaltskasse) comum aos professores teuto-brasileiros de ambas as confissões religiosas e dos diversos Estados com imigrantes alemães no Brasil. Realização de assembleias escolares (Deutschbrasilianische Schultage) interconfessionais. Assembleias regionais e locais de professores teuto-brasileiros (Lehrerkonferenzen Mit Lehrproben). Cursos e semanas de estudos regionais. Ampla produção e difusão de material didático específico para a escola teuto-brasileira e adequada a seus objetivos. Foram produzidos 150 manuais didáticos para uso específico na escola teuto-brasileira. (KREUTZ, 1994, p.153-154)

A criação de todo este aparato escolar não se deu de um dia para o outro. Na verdade, as escolas teuto-brasileiras passaram por quatro diferentes fases. Para Kreutz, estas seriam, respectivamente: primeira fase de 1825 a 1850, segunda fase de 1859 a 1875, terceira fase de 1875 a 1900 e a quarta fase de 1900 a 1938. Em todas elas, a língua alemã predominava nas escolas, sendo sua utilização interrompida drasticamente em 1939 com a Campanha da Nacionalização, iniciada por Getúlio Vargas. Conforme Kreutz (1994, p.154-156), a primeira fase é a mais precária, uma vez que não havia escolas públicas, as crianças eram ensinadas estritamente o necessário, não havia períodos fixos para o estudo, as cartilhas escolares utilizadas nas escolas eram escritas à mão. Durante este período, os católicos construíram dez escolas, enquanto os evangélicos construíram quatorze, todas elas de cunho comunitário. Na segunda fase os Brummer passaram a ser inseridos nas escolas devido à sua formação escolar superior. Eles incentivavam os alunos na participação associativa e na política. Ao final desta fase, a rede escolar ampliou-se, havia 99 escolas, sendo 50 de confissão católica e 49 de confissão evangélica. Neste mesmo período já haviam escolas públicas, que somavam-se 252. Porém, 88 delas não funcionavam pois não haviam professores para lecionar. Na terceira fase, ocorreu um incentivo muito grande das igrejas católica e evangélica nas questões escolares,

visando o afastamento dos Brummer que tinham exercido considerável influência um liberal. Através desses incentivos foram criadas associações de professores, revistas, jornais, pensões de aposentadoria, assembleias escolares, cursos, e, principalmente, o aumento da produção de materiais didáticos. Neste período o número de escolas era de 308, sendo 153 católicas e 155 evangélicas. A quarta e última fase, foi o período em que as escolas teuto-brasileiras mais se desenvolveram devido a criação de estruturas de apoio ao ensino. Neste período, houve uma grande mobilização dos imigrantes alemães e seus descendentes em favor da escola, um grande número de materiais didáticos foram produzidos e utilizados nas escolas. Estes materiais foram produzidos levando em consideração a realidade dos alunos e os objetivos da escola. Os professores produziam com vistas aos cursos, visando o aperfeiçoamento do ensino. Em 1920, as escolas teuto-brasileiras somavam-se 787, sendo 310 católicas, 365 evangélicas e 112 mistas. Ao final do período, em 1935, as escolas teuto-brasileiras somavam-se 1041, sendo 429 católicas, 570 evangélicas e 42 mistas.

Pelos números acima apresentados, percebe-se que a religião, bem como as escolas que predominavam nas colônias, era a evangélica. Os quadros a seguir apresentados ilustram esta predominância de evangélicos no Brasil e no Rio Grande do Sul. Em alguns casos, as escolas católicas eram menos numerosas, porém, superavam as evangélicas em número de alunos.

Figura 2: Estatística das escolas alemãs no Brasil em 1931.

Est.	Evang.		Cat.		Mista		Total	
	Esc.	Alu.	Esc.	Alu.	Esc.	Alu.	Esc.	Alu.
RS	549	18.938	362	16.666	41	1.474	952	37.078
SC	116	4.874	80	4.920	82	3.052	297	12.346
PR	10	309	7	1.142	17	731	34	2.182
SP	6	295	2	609	21	2.261	29	3.165
RJ	1	30?	-	-	4	400?	5	430?
ES	21	705	-	-	1	12	22	717
MG	2	76	-	-	-	-	2	76
BA	-	-	-	-	2	67	2	67
PE	-	-	-	-	1	20?	1	20?
GO	-	-	-	-	1	15?	1	15?
Tot.	705	25.227	451	23.337	169	8.032	1.345	56.596

FONTE: Leher-Kalender, 1931, p.98, apud KREUTZ, 1994, p.157.

Figura 3: Comparação e evolução das escolas evangélicas e católicas entre os anos 1920-1930.

Ano	Católicos		Evangélicos		Mistas		Total	
	Escolas	Alunos	Escolas	Alunos	Escolas	Alunos	Escolas	Alunos
1920	310	13.463	365	12.345	112	3.426	787	29.234
1930	374	16.731	449	16.735	114	3.467	937	37.333
Crescimento nos dez anos	64	3.268	84	4.390	2	41	150	8.099

FONTE: DFK, 1928, p. 165, apud KREUTZ, 1994, p.158)

As comunidades evangélicas estavam em maior número pois, a grande maioria dos imigrantes que chegavam ao Brasil eram desta ordem religiosa. Juntamente a isso, estava o fato de que, o “protestantismo não exige a intervenção de um sacerdote entre Deus e o fiel” (ROCHE, 1962, p.671). A religião oficial do império era a católica, portanto, os protestantes poderiam erguer seus templos, desde que não fossem construídas torres e que não fossem instalados sinos.

Ninguém deve ser perseguido por causa de sua religião, desde que ele respeite a religião do Estado e não fira a moral pública”. Porém, o artigo 5 afirmava que: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com o seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma exterior

de templo. (CONSTITUIÇÃO DO BRASIL IMPÉRIO, 1824, apud SANTOS, CECCHETTI, texto digital p.1)

Neste sentido, as primeiras casas de oração, as igrejas, foram construídas muito semelhante às casas dos moradores, assim como as escolas gerando um grande contingente de escolas evangélicas influenciadas devido a criação do Sínodo Rio-Grandense. Estas escolas eram de caráter confessional e assim que os colonos dispunham de condições financeiras, tratavam de construí-las. No Rio Grande do Sul, os incentivadores e fundadores das primeiras escolas evangélicas foram os primeiros pastores vindos da Alemanha, “em São Leopoldo, o Pastor Ehlers (1824, em Três Forquilhas, o Pastor Voges (1826), seguindo a ele, em Campo Bom, o Pastor Klingelhöfer e na Picada 48 Sintz (1850)” (AMSTAD, Theodor (Org.). Cem Anos de Germanidade no rio Grande do Sul-1824-1924. São Leopoldo: 1999, p.487). A maioria dos pastores, além de exercer o ofício de pastor, exerciam, também, a de professor. Os mesmos estimulavam a construção de escolas fora da sede das colônias, aumentando o número de escolas evangélicas no Rio grande do Sul.

Para exemplificar a expansão das escolas evangélicas nas regiões coloniais alemãs, Theodor Amstad, traz uma tabela apresentando a relação das escolas que mantinham ligação com o Sínodo Rio-Grandense até o ano de 1922. Amstad, dividiu a região colonial em três regiões, sendo elas, a Região Colonial Antiga, Região Colonial Média, onde nesta, encontra-se a Colônia Teutônia, e Região Colonial Nova.

Figura 4: Escolas comunitárias evangélicas no Rio Grande do Sul na Região Colonial Antiga.

Distrito colonial		1850	1875	1900	1922	Alunos 1922
<i>1. Região Colonial Antiga</i>						
1	Porto Alegre – Sertão St. Ana	–	–	–	11	508
2	São Leopoldo – Lomba Grande	1	2	2	4	131
3	N. Hamburgo – Campo Bom, Sapiranga	2	2	9	9	331
4	Taquara – Santa Maria, Ilha, Serra Grande, Rolante	2	9	14	9	266
5	Três Forquilhas	1	1	1	2	90
6	Dois Irmãos	2	3	4	3	51
7	Bom Jardim – Picada 48	4	4	6	6	163
8	S. José do Hortêncio – Linha Nova	2	4	8	12	296
9	Nova Petrópolis	–	–	8	5	170
10	Feliz	–	2	2	3	70
11	Forromeco	–	3	3	3	113
12	São Sebastião do Caí	–	–	4	3	113
13	Montenegro	–	–	2	3	210
14	Maratá	–	–	2	3	76
15	Brochier	–	1	5	7	281
		14	31	70	83	2.869

FONTE: AMSTAD, Theodor (Org.). Cem Anos de Germanidade no rio Grande do Sul-1824-1924. Tradução de Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999, p.488)

Figura 5: **Escolas comunitárias evangélicas no Rio Grande do Sul na Região Colonial Média.**

<i>2. Região colonial Média</i>						
1	Teutônia Sul e Norte					
2	Estrela, Corvo, Seca	–	6	15	14	496
3	Taquari, Bom Retiro	–	–	9	16	724
4	Lajeado – Conventos	–	–	–	1	50
5	Forqueta – Sampaio	–	–	6	12	256
6	Venâncio Aires	–	–	3	10	235
7	Santa Cruz	–	3	7	9	246
8	Vila Thereza – Ferraz	–	3	4	3	361
9	Pardinho – Sinimbu – Riotal	–	1	3	5	148
10	Monte Alverne	–	–	7	7	200
11	Cachoeira, Agudo – Paraíso	–	–	5	6	148
12	Pelotas, Aliança e Padre, São Domingos	–	–	8	12	452
13	S. Lourenço, P. do Moinho, Augusta-Quevedos	–	3	9	13	429
		–	2	4	9	227
		–	18	74	117	3.972

FONTE: AMSTAD, Theodor (Org.). Cem Anos de Germanidade no rio Grande do Sul-1824-1924. Tradução de Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999, p.489)

Figura 6: **Escolas comunitárias evangélicas no Rio Grande do Sul na Região Colonial Nova.**

3. Região Colonial Nova						
1	S. Maria, Pinhal, Rincão S. Pedro	–	–	1	2	45
2	Jaguari	–	–	1	1	30
3	Sobradinho	–	–	2	3	43
4	Ijuí – Oeste – Faxinal	–	–	6	6	186
5	Serra Cadeado	–	–	–	8	267
6	Neu-Württemberg	–	–	–	7	453
7	Buricá – Buriti – Guarani	–	–	1	35	1.224
8	Serro Azul	–	–	–	–	–
9	General Osório	–	–	–	11	424
10	Não-Me-Toque	–	–	–	8	338
11	Kronental – Tapera	–	–	–	4	145
12	Erexim	–	–	–	4	108
13	Barro – Marcelino Ramos, Rio do Peixe	–	–	–	11	262
		–	–	11	100	3.525
1	Região colonial Antiga	14	31	70	83	2.869
2	Região colonial Média	–	18	74	117	3.972
3	Região colonial Nova	–	–	11	100	3.525
	Soma:	14	49	155	300	10.366

FONTE: AMSTAD, Theodor (Org.). Cem Anos de Germanidade no rio Grande do Sul-1824-1924. Tradução de Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999, p.489)

Pelos gráficos apresentados por Amstad, é possível perceber que a cada novo censo realizado, aumentava o número de escolas e alunos. A Região Colonial Média é a que apresentava o maior número de escolas e alunos. Na figura 5, em destaque, está a Colônia Teutônia que apresentava em 1922, quatorze escolas que ministravam suas aulas em alemão, contando com o número de 496 alunos, reforçando a ideia de que a educação era realmente vista pelos colonos como algo prioritário e indispensável. As escolas evangélicas, e também católicas, passariam a diminuir após o ano de 1922, devido a inserção cada vez maior de escolas públicas e pela campanha de nacionalização que proibiria o ensino em língua alemã, na década de 1930 uma vez que, grande parcela, se não todas, ensinavam em língua alemã.

3.2.1 Evangeliche Gemeinde Schule Teutônia e Escola D. Pedro II.

As duas escolas que levam o nome desta seção, constituem-se pela mesma escola em períodos diferentes. Não há muita documentação a respeito de ambas. O que se sabe, segundo o álbum de fotografias da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Professor Alfredo Schneider, hoje denominada de Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Alfredo Schneider no município de Teutônia, a Evangelische Gemeinde Schule “foi fundada em 1875, abrangendo Linha Welp, Linha Frank e Glückauf. Era uma escola particular, entre os professores estavam Muller (militante da Revolução Federalista), Wilhelm Hanenack, Teobaldo Dick, Alfredo Scheneider” (Álbum de fotografias da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Professor Alfredo Schneider - Acervo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Alfredo Scheneider, Teutônia RS). Em 1938, a Evangelische Gemeinde Schule teve de abandonar o seu nome devido a Campanha de Nacionalização imposta pelo presidente Getúlio Vargas em 1938, que em sua primeira fase deu atenção a nacionalização da educação. Todas as escolas que tinham nomes estrangeiros, devido a imigração de alemães e italianos principalmente, deveria ser substituída por um nome de origem brasileira. Neste sentido, a escola passou a adotar o nome de Escola D. Pedro II. Em 1954, foi fundado a Escola Agrícola Teutônia, passando a Evangelische Gemeinde Schule por um processo de reformulação e refundação.

3.2.2 Colégio Teutônia.

O Colégio Teutônia teve sua origem no ano de 1953, na localidade do Distrito de Teutônia no município de Estrela. O colégio é ligado a Rede Sinodal, esta característica de vínculo, está ligada ao primeiros colonos que se estabeleceram no território, suas escolas eram confessionais, e portanto, estavam condicionadas a uma

religião. A sua atual sede, permanece localizada no mesmo espaço, porém o então Distrito de Teutônia torna-se emancipado de Estrela em 1981. A escola surgiu devido à necessidade de se criar no local uma escola de vocação agrícola, sendo este um pedido da própria comunidade. A aprovação da criação da escola passaria pelo veredito do Superintendente de Ensino Profissional do Estado do Rio Grande do Sul, pondo-se de forma favorável à criação da escola. A comunidade ficaria encarregada de criar uma fundação que manteria e administraria a escola agrícola.

Em 1953, o antigo prédio da subprefeitura do município de Estrela, foi doado para que a escola pudesse dar início as suas atividades. Em princípio, eram 24 alunos com o primeiro curso de administrador rural, ao mesmo tempo em que era lançada a pedra fundamental da sede definitiva da escola. Em 1960, as novas dependências seriam inauguradas. Segundo Luciana Beschorner, “em 1971, o Colégio agregou a si a escola particular da localidade Teutônia Norte, em que encontrava-se inserida, na época denominada de Escola Particular D. Pedro II, primeiramente denominada de Evangelische Gemeinde Schule” (BESCHORNER, 2005, p.338). Para ela, muitas foram as contribuições desta escola para o que hoje se constitui o Colégio Teutônia.

Atualmente, a escola conta com maternal, educação infantil, ensino fundamental anos iniciais e finais, ensino médio e técnicos em agropecuária (mantem-se ligado a origem da criação da escola), administração, eletrotécnica, eletromecânica, informática e serviços jurídicos, além de contar com atividades extracurriculares em diversos setores como esporte, música, teatro, dança, etc.

4 BIBLIOGRAFIA, FOTOGRAFIA E RELATOS ORAIS

Até o presente momento, foram apresentados os conceitos históricos a respeito da imigração alemã para o Brasil e Rio Grande do Sul, desde o primórdio com as primeiras tentativas em 1818, no Rio de Janeiro, onde não se obteve sucesso, até a imigração para o sul do território em 1824, com a instalação das primeiras famílias de colonos em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. O estudo deteve-se, ainda, em mostrar a construção da educação entre os colonos, bem como a construção da Colônia Teutônia e a formação de escolas comunitárias. A partir de agora, procurar-se-á deter o estudo em enlaces históricos valendo-se de diferentes fontes, como as fotografias para apresentar e analisar o cotidiano escolar, além do uso de relatos orais, que foram possíveis através de entrevistas com moradores do município de Teutônia e Westfália, abrangendo o período de estudo proposto, entre 1940 – 1980.

A utilização de novas fontes para pesquisa, que não estão relacionadas à forma tradicional de fazer a pesquisa pertence a uma nova corrente historiográfica, que surgiu ao final dos anos 1920, a *Escola dos Annales*, em específico, aos desdobramentos que dela decorrem, em sua terceira geração, denominada de Nova História. A partir do surgimento desta corrente historiográfica, a história pode ser estudada através de análises diversas, abordagens como a longa duração. Da mesma forma, fotografias e relatos orais, com o devido cuidado teórico e metodológico, passaram a serem utilizados com grande frequência, tornando possível descrever com mais detalhes os acontecimentos históricos. Entre algumas mudanças, a história passou a ser dividida em curta média e longa duração, cada qual com suas

especificidades, englobando todos os campos de estudo como, sociologia, filosofia, antropologia, biologia, etc.

O termo Nova História advém da evolução de uma corrente historiográfica, a *Escola dos Annales* idealizadas pelos historiadores franceses, Lucien Febvre e Marc Block. Nesta nova fase da história, pensou-se em não se ater somente a estudos ligados a política, mas sim na “pluralidade de assuntos, análise estrutural, diversificação de fontes, ampla possibilidade de questionamento e problematização. (DALMÁZ, 2013)

Registrar os momentos familiares, sociais ou do cotidiano das pessoas é algo que o homem pré-histórico já fazia através da pintura rupestre. Com o passar do tempo, a técnica de registrar estes momentos foi modificada, sendo ela, por muitos anos, idealizada através de pintura em quadros. Porém, com o surgimento da câmera fotográfica, no século XIX, e da fotografia propriamente dita, os registros de momentos passaram a ser feitos de forma mais fácil, reforçando a ideia de que fixariam e eternizariam de maneira fiel a realidade vivida. Para os “antigos”, registrar momentos familiares e festivos era algo luxuoso e de extrema importância. Além disso, maior importância tinham as pessoas que eram convidadas a serem fotografadas, pois este ato representaria “o testemunho da presença o que é a contrapartida obrigatória da homenagem recebida ao ter sido convidado, é expressar que se valoriza essa honra e que se está presente para retribuí-la” (BORDIEU, 2004, p.31). Portanto, investigar fotografias é trazer à tona parte da história de pessoas, de lugares, de situações, relatar fatos, concretos ou não que só a investigação poderá dar conta.

De fato, os preceitos epistemológicos e teóricos da história modificaram-se ao longo do tempo, passando a valorizar diferentes registros do tempo passado. A memória e o relato oral passaram a ter fundamental importância para a história social, cultural, religiosa, etc. A partir desta relação entre memória e passado, existem teóricos que tratam do assunto, e que são fundamentais para o entendimento dos conceitos presentes neste trabalho. Paul Thompson e Jaques Le Goff são estudiosos

a serem lembrados, uma vez que destacaram a importância em trabalhar o cotidiano, remetendo à memória pessoal e coletiva. Le Goff em seu livro intitulado de *História e Memória*, publicado em 1924, salienta que o estudo sobre memórias pode ser dividido em cinco períodos, passando pelos povos primitivos, sem escrita, passando pela Pré-história, História Antiga, Medieval, Moderna, e chegando à contemporaneidade. Antes da invenção da escrita, a memória estava ligada ao cotidiano, e existiam pessoas que ficavam encarregadas de transmitir as memórias para as futuras gerações. A escrita permitiu que a memória pudesse ser expressa, também através de monumentos na forma de inscrições.

Paul Thompson associa a memória e a história oral à psicanálise, e ao “estranho poder dos psicanalistas de ouvir e curar, de libertar a angústia e a culpa dos grilhões de um passado de que havíamos esquecido” (THOMPSON, 1992, p. 197). O historiador, quando faz uso da história oral através de depoimentos para fins de pesquisa, passa a atuar, também, como um psicanalista, pois lida de forma direta com os sentimentos e memórias das pessoas, ou seja, ele lança uma pergunta, ouve atentamente a resposta e deixa a mesma registrada.

Neste universo de mudanças no tratamento das fontes históricas, a fotografia não pode ser vista apenas como um objeto que retrata algo, pois ela vai muito além disto. Nela podemos identificar situações, espaços, pessoas, sentimentos, etc. “De fato, a fotografia surge, desde o início, como o acompanhamento necessário das grandes cerimônias da vida familiar e coletiva” (BOURDIEU, 2006, p.32). Antigamente, ela servia para registrar momentos importantes das pessoas, ser convidado a ser fotografado era sinal de honra e a presença no evento era sinal de respeito àqueles que convidaram.

Vasta bibliografia podemos encontrar a respeito do uso de fotografias como objeto de pesquisa e sua relação com o pesquisador. Para citar nomes, autores como Pierre Bourdieu, Bóris Kossoy, Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas, Ana Maria Mauad buscam desenvolver análises e reflexões que visam destacar a importância de utilizar a fotografia como fonte de pesquisa e qual a melhor forma de utilizá-la.

Materialização da experiência vivida, doce lembrança do passado, memórias de uma trajetória de vida, flagrantes sensacionais, ou ainda, mensagens codificadas em signos. Tudo isso ou nada disso a fotografia pode ser (...) Ao historiador, a fotografia lança um grande desafio: como chegar àquilo que não foi revelado pelo olhar fotográfico. (CARDOSO; MAUAD, 1997, p. 405)

A citação acima nos deixa claro que a fotografia pode proporcionar diversas experiências. Cabe ao historiador analisar e interpretá-la não somente como um objeto que contém uma imagem, mas também a matéria prima (o papel em que foi impressa a fotografia), o fotógrafo, as condições em que foram tiradas as fotos. Em suma, a fotografia é uma imagem repleta de signos e para que seja possível entendê-la, deve-se inseri-la em panoramas culturais, sociais e vê-la como uma escolha de uma determinada visão de mundo.

O fotógrafo e historiador, dedicado ao estudo da fotografia, Bóris Kossoy, é mestre na utilização deste objeto como fonte de pesquisa, e desenvolve diversos informes sobre o mesmo. No *Livro Fotografia e História* (1988) Kossoy nos traz fundamentos teóricos e metodológicos para a utilização destas imagens. Segundo ele, a fotografia é um objeto-imagem, um artefato no qual se pode detectar em sua estrutura as características técnicas típicas da época em que foi produzida. Ou seja, ele reforça a ideia de que, além da imagem, há uma série de outros informes que agregam valor ao objeto. O autor ressalta, ainda, que, para a realização de uma boa pesquisa, utilizando acervos fotográficos, é importante e fundamental o rastreamento dos fotógrafos envolvidos e dos eventuais acervos fotográficos que resistiram a ação

do tempo, pois, desta forma, facilita-se o acesso do historiador à fonte de pesquisa. Resumidamente, a “fotografia é resultado da ação do homem, o fotógrafo, que em determinado espaço e tempo optou por um assunto em especial e que, para seu devido registro empregou os recursos oferecidos pela tecnologia” (KOSSOY, 1988, p.41).

Ulpiano de Meneses é autor clássico para pesquisa e revisão bibliográfica quando o assunto é o uso de fotografias como fontes de pesquisa. Seu clássico artigo intitulado de *Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares*, Meneses aborda questões ligadas à história da arte, à antropologia visual e sociologia visual, à história e imagem, à cultura visual, à história visual. Todos esses temas abordados a partir do uso de imagens ou objetos iconográficos. No estudo em questão, o autor menciona que, durante a Idade Antiga e também na Idade Média o que predominava era o valor afetivo, foi só com o período denominado de História Moderna ou Renascimento que se passou a fazer “um esforço sistemático de coletar e organizar imagens artísticas e decodificar simbolicamente seus significados” (MENESES, 2003, p.13). A partir daquela ocasião, pensou-se em organizar, primeiramente, os monumentos para que servissem de fontes de pesquisa e, posteriormente, as fotografias. A utilização de objetos iconográficos, sejam eles monumentos ou fotografias, passam a ser entendidas como coisas que pertencem a uma determinada relação social e que ainda o objeto estudado seja a própria prática material. A antropologia encarregou-se de estudar a fundo questões ligadas ao uso de imagens e precisou levar em consideração três modalidades de tratamento para tornar “o visível para o visual” (MENESES, 2003, p.16).

Nessa passagem do visível para o visual, foi necessário reconhecer e, de certa maneira, integrar três modalidades de tratamento: o documento visual como registro produzido pelo observador; o documento visual como registro ou parte do observável, na sociedade observada; e finalmente, a interação entre o observador e observado (MENESES, 2003. P.17)

No mesmo artigo, encontramos uma dura crítica sobre a produção de conhecimento histórico a partir de fontes fotográficas. Meneses utiliza-se de autores franceses para dizer que ao invés de produzirmos um novo conhecimento a partir de uma fonte visual, apenas acrescentamos informações históricas externas a ela e que muitas delas não têm relação documental com o texto como se espera.

Pelo contrário, a imagem visual pode contrariar o que está escrito no documento. A história oral vem agregar “conhecimento histórico a partir de um fato documental (...) não se estudam fontes para melhor conhecê-las, identificá-las, analisá-las, interpretá-las e compreendê-las, [mas sim para que] se consiga um entendimento maior da sociedade, na sua transformação” (MENESES, 2003, p.26).

Para que seja possível estudar o passado, o pesquisador deverá valer-se de fontes escritas, fotográficas e orais. Esta última, diga-se de passagem, muito importante. A história oral passa a ser utilizada com o surgimento da *Escola dos Annales* no século XX, mas sua função como transmissora de conhecimentos é muito anterior a este período, pois “no passado, ela se transmitia de uma geração a outra pela tradição oral e pela crônica escrita” (THOMPSON, 1978, p.20). É muito comum, ainda hoje, encontrarmos em diferentes espaços sociais a tradição de contar histórias através da oralidade.

O estudo da oralidade veio sendo ensaiado a partir da antropologia, no âmbito da pesquisa dos processos de transmissão das tradições orais, principalmente aquelas pertencentes a sociedades rurais, onde os modos de transmissão e conhecimento ainda transitam, de maneira relevante, pelos caminhos da oralidade (LOZANO, 1996, p.15).

A história oral procura constituir-se como uma forma de condicionar novas fontes de pesquisas, ou seja “fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos” (LOZANO, 1996, p.17) e o historiador, pesquisador é o portador de fazer este conhecimento.

Dada a devida abordagem sobre a usualidade das fotografias e dos relatos orais na construção da pesquisa histórica ao longo do tempo, é momento de nos atermos em construir ligações históricas com o cotidiano escolar da comunidade teuto-brasileira em Teutônia Norte, entre as décadas de 1940 – 1980, região esta, pertencente ao atual Bairro Teutônia, no município de Teutônia, Rio Grande do Sul. O objetivo é tecer considerações sobre as memórias que sobreviveram ao tempo sobre o cotidiano escolar, que podem remeter, inclusive, ao tempo dos primeiros colonos e dos seus descendentes. Passados quase dois séculos desde a sua imigração para o Brasil, muitas coisas permaneceram iguais no cotidiano escolar, até que leis nacionais mudassem por completo o sistema educacional do Brasil, especialmente, a partir da década de 1930/40.

4.1 O cotidiano escolar através da fotografia e dos relatos orais

Muitas das escolas que surgiram com a colonização alemã no Brasil, em especial, a região sul do país, permaneceram em funcionamento, algumas delas mudaram o seu nome devido à Campanha de Nacionalização imposta pelo então presidente do Brasil, Getúlio Vargas. Outras ainda seriam agrupadas, ou agregadas, tornando-se apenas uma, como a Escola D. Pedro II, mencionada no capítulo anterior. Estas escolas traziam em seus currículos ensinamentos deixados pelos primeiros imigrantes, dava-se atenção em especial à educação preparatória para a vida. Neste sentido, pretende-se, a seguir, mostrar um pouco do cotidiano escolar através de fotografias e de relatos orais, buscando unir informações de um a outro. As fotografias aqui apresentadas, permitirão tecer considerações a respeito do uso de fotografias como registros escolares, norteados questionamentos como: por que o cotidiano escolar era pouco registrado por meio de fotografias anuais, posicionamentos de

alunos e professores, vestimenta, qual o sentido de anualmente fotografar os alunos e professor(es) das escolas, entre outros. Os relatos orais, agregam informação e conhecimento ao que se pretende mostrar a seguir, em relação ao cotidiano escolar. Através dos relatos orais, busca-se, também, refletir sobre versões e fatos descritos nas bibliografias consultadas para a realização deste trabalho.

Figura 7: alunos do Colégio Teutônia Norte. 1935



FONTE: Museu Henrique Uebel, localizado na Cidade de Teutônia, Rio Grande do Sul. Colégio Teutônia 29/04/1935.

A fotografia acima é apresentada para iniciarmos o assunto do cotidiano escolar da comunidade teuto-brasileira em Teutônia Norte. Para fins de esclarecimento, o nome da escola que aparece na imagem não é o que hoje se chama Colégio Teutônia. A hipótese mais provável é de que seja uma escola particular que funcionava na localidade, uma vez que, o atual Colégio Teutônia no município de Teutônia iniciou

suas atividades oficialmente somente no ano de 1953. As fotografias datam de um período anterior ao estudado.

A partir dessa observação sobre a fotografia, iniciaremos o estudo da temática falando sobre os professores das escolas. Nas bibliografias que serviram de suporte para a realização de levantamento de dados sobre a educação entre os imigrantes alemães, é comum a explicação de que, no princípio, uma pessoa de mais idade e com um grau de conhecimento a mais, era o responsável por ensinar os filhos dos colonos. Ou seja, não havia professores com algum tipo de formação acadêmica superior. Não existia a separação por classes (séries), e os alunos tinham aulas em ambientes que hoje se convencionou chamar de multisseriadas. Com o passar dos anos, o ensino passou por algumas transformações, porém nas colônias ele continuou a estruturar-se de forma igual à que vinha se desenvolvendo desde os primeiros anos de colonização. Na imagem anterior e na que será apresentada em seguida, é possível perceber a presença de apenas um professor entre as crianças. Poder-se-ia supor que o mesmo não tinha, a princípio, formação superior, o que em muitos casos vinha a ser exigido só mais tarde, quando novas leis educacionais passaram a regulamentar a docência. Neste sentido, é possível compreender que o professor ministrava as aulas para todas as turmas. Passados mais de cem anos após a vinda dos primeiros colonos alemães, o sistema educacional ainda mantinha forte ligação no seu modo de ensinar, com o que era praticado no início pelos imigrantes alemães.

Figura 8: Professor Alfredo Schneider com alunos da Escola Comunitária do Bairro Teutônia, no ano de 1925.



FONTE: Museu Henrique Uebel, município de Teutônia, Rio Grande do Sul

As escolas eram multisseriadas, ou seja, havia a presença de um único professor, em uma única sala, e nela se encontravam alunos de diferentes séries e idades, (1° série a 4° série ou 5° série). Esta afirmação é confirmada por dois entrevistados, o senhor Helio Dahmer diz que “eu era professor unidocente, isto é, primeira, segunda, terceira quarta séries juntas”, e o senhor Selby Wallauer que diz “Um professor atendia as cinco turmas, de primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto ano, então numa sala”. Os demais entrevistados frequentaram aulas em um período muito posterior, cerca de 25-30 anos depois, quando as escolas já possuíam a divisão em Ensino Fundamental e Médio. Estas séries equivaliam ao primário¹¹, todas as

¹¹ Ensino Primário foi instaurado em 2 de janeiro de 1956, pelo presidente da República. “Tinha por finalidade, a) proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício das virtudes morais e cívicas que a mantenham e a engrandeam, dentro de elevado espírito de Naturalidade humana; b) oferecer de modo especial, às crianças de sete a doze anos, as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade; c) elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho. [Sendo que] Art. 2º O ensino primário abrangerá duas categorias de ensino: a) o ensino primário fundamental, destinado às crianças de sete a doze anos; b) o ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos.” (LEI ORGÂNICA DO ENSINO PRIMÁRIO, Decreto Lei – N. 8.529 – 2 janeiro de 1956, disponível em

crianças deveriam, pelo menos, concluir o Primário e se assim os pais desejassem, concluir os estudos em outra escola. Ao terminar o último ano do Primário, o aluno poderia, ou concluir seus estudos em outra escola que oferecesse a continuação do estudo, em muitos casos poderia ser em um município vizinho, localidade vizinha, ou continuar frequentando as aulas, como relata Selby Wallauer. O mesmo entrevistado ainda lembra da importância que se dava à educação, característica que adveio dos imigrantes alemães que queriam que seus filhos fossem bons cidadãos, preparados para a vida.

A minha escolaridade, eu fiz o primário aqui em Boa Vista, durante seis e meio ano, não porque a gente rodava é porque a gente gostava de ir na escola e era livre, a criança que queria continuar mais um ano, repetir mais um ano, era livre, como meu pai me estimulava ir mais um ano eu ia né. (...)os imigrantes alemães quando vieram todos eles eram alfabetizados e de boa instrução, boa cultura, e eles não admitiam que seus filhos crescessem aqui na floresta como analfabetos, então eles mesmos criaram escolas, escolhendo uma pessoa entre eles que então cuidasse dessa parte, de ao menos transmitir as primeiras letras, aprender a escrever, ler e escrever, fazer cálculos, dando ênfase ao cálculo de juros, calcular quanto importa um suíno, quando é vendido, né, etc, as medidas como um saco de milho, sessenta quilos, um hectare dez mil metros quadrados, uma braça quadrada, 4,84. (WALLAUER, Selby, abril de 2017)

Elio Dahmer relata algumas dificuldades que um professor unidocente enfrentava por ter de atender cinco turmas diferentes em uma mesma sala, relata, também que em algum momento pedia auxílio para um aluno mais velho para ajudar a cuidar dos menores, e conclui dizendo que deveria imperar a disciplina para que tudo ocorresse da melhor forma e que os próprios alunos colaboravam prestando atenção no conteúdo da série que estavam matriculados e das outras séries.

Eu estava sozinho, como eu disse, com cinco séries, onde deve haver bastante, ou muita disciplina para tu conseguir algo. E eu não tenho medo de,

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/lei%20org%C2nica%20do%20ensino%20prim%C1rio%201946.htm>, acesso em 02/06/17)

tranquilamente afirmar, eu com cinco turmas numa mesma sala, ao mesmo tempo, não tenho medo de dizer que eu conseguia transmitir aos meus alunos mais do que depois com duas três séries, não sei porque, mas era porque, quando tu estavas, por exemplo na quinta série, trabalhando, corrigindo tema, os outros da quarta série já ficavam de olho, opa! Ano que vem eu preciso estudar aquela matéria, ou se estava na terceira série, quem estava de olho era a segunda, estavam já se programando, não sei, de repente sem se dar conta, mas eles estavam e prestavam muita atenção no que aquela série fazia. Importante é dizer, uma aluna minha ela queria muito ser professora ela sempre perguntou, mas como que tu atendia as cinco séries, quando eu trabalhava com a primeira série, para ensino preparatória, pra eles aprender a ler e escrever, a segunda tinha um tema de corrigir atividades na pedra, na lousa verde, a terceira, a quarta a quinta, todas estavam ocupadas, e como eu disse antes, tinha que imperar a disciplina, se não, não tinha. Corrigiam o tema no quadro, um aluno por aluno, depois quando o professor ia para a segunda ou para a terceira, corrigir a matéria, eu pegava um aluno mais adiantado da quinta e me ajudava a cuidar da primeira série. Pra eles já era uma lição pra educação. (DAHMER, Elio, maio de 2017)

Se olharmos atentamente as duas fotografias, perceberemos que em algumas escolas, principalmente as particulares, o uso do uniforme era obrigatório. É possível identificar na primeira fotografia que, as meninas usavam saias, camisas sociais, ao que parece, gravatas em casos específicos, sapatilhas e meias brancas, cabelos presos mostrando seus rostos. Já alguns meninos usavam uniformes que podiam lembrar uniformes militares, marinheiros. O uniforme compunha-se, na visão do autor, de calças ou bermudas sociais, camisetas sociais, gravata borboleta e um pequeno chapéu, reforçando a imagem de um uniforme militar.

Na segunda imagem, a vestimenta usada pelos alunos diferencia-se um pouco em relação à primeira. As meninas usavam vestidos, também, porém eram mais formais, seguido por camisetas mais simples, calçavam sapatilhas, prendiam seus cabelos mostrando seu rosto, assim como na primeira imagem. Já a vestimenta dos meninos se difere bastante em relação a primeira fotografia. Os meninos usavam calças ou bermudas sociais, camisetas ou camisas sociais, usavam ao que parece, casacos que lembram paletós, não utilizavam nenhum tipo de chapéu na cabeça, calçavam sapatos ou botas.

Observando atentamente as fotografias e as que serão apresentadas a seguir, podemos inferir sobre algumas colocações quanto a utilização da tecnologia para registrar os momentos da época. Primeiramente deve se deixar claro que a fotografia era somente utilizada para registrar os momentos que eram considerados mais importantes. Não era comum as pessoas terem em suas casas uma câmera fotográfica, a mesma era um objeto caro e que muitos não detinham recursos financeiros para as possuírem. Segundo, quando se fotografavam as pessoas, elas adotavam um comportamento diferente, no sentido de que elas se vestiam melhor, para parecerem melhores nas fotografias, usavam suas melhores roupas, pois o momento ficaria eternizado através do registro fotográfico, sentiam-se honradas em poder fazer parte da fotografia.

Uma escola se diferenciava da outra em relação ao uso de uniformes pelos alunos. É preciso deixar claro que nas colônias poderiam existir três tipos de escolas, escolas comunitárias, escolas particulares e escolas subvencionadas pelo governo do Estado. Nas escolas comunitárias, os pais dos alunos que lá estudavam pagavam contribuição simbólica para ajudar na manutenção da mesma.

Pois, em uma etapa da busca para a escolarização de seus filhos, os trabalhadores e as classes populares constroem alternativas de pressão e de obtenção imediata de seu acesso à educação que, por vezes, materializa-se por meio da construção coletiva de escolas efetuada diretamente pela comunidade organizada. (...) Deste modo, é com a legislação específica sobre educação que a aproximação com o mercado se torna mais evidente, pois o texto situa as escolas comunitárias no âmbito das escolas privadas. A LDB, em seu artigo 20, afirma: “As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias” (sendo a menção direta efetuada no inciso segundo) “comunitárias, assim entendidas as que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade”. (MARTINS, Fernando José. Texto digital, p. 2-3)

Nas escolas particulares, havia uma entidade que ficava responsável em administrar a escola contratando professores, funcionários e estipulando o valor das

mensalidades. Já as escolas subvencionadas ao Estado eram mantidas por ele sendo o estudo gratuito.

É evidente que precisamos levar em consideração o fato de que a escola da primeira fotografia é uma escola particular, havia uma entidade responsável por cuidar dos setores financeiros e administrativos, ou seja, não era uma escola comunitária no sentido de que a comunidade quem a mantinha funcionando. Os alunos que frequentavam estas escolas, eram filhos de agricultores com maiores condições financeiras podendo manter seus filhos em escolas particulares. O uniforme era formal, sendo que todos os alunos deveriam usá-lo. A escola da segunda fotografia era comunitária, a comunidade a mantinha financeiramente através de contribuições mensais dos pais. Percebe-se que não há a presença de um uniforme formal que todas as crianças deveriam usar, mas, sim, uma vestimenta padrão para meninos e meninas. Não era comum entre as escolas comunitárias o uso de uniformes formais, porém em algumas escolas era possível encontrá-lo. Isto pode ser explicado pelo fato de que as escolas comunitárias eram mantidas pela comunidade, portanto, eram escolas mais simples, preocupadas em conseguir a educação para seus filhos.

Interessante é analisar em ambas as fotografias a postura do professor, desde sua vestimenta até sua aparência física. Ele aparece no centro das fotografias, entre seus alunos, podendo ser visto ou entendido como uma figura de superioridade, aquele que detém o poder e o conhecimento socialmente reconhecido sobre os demais, o responsável em ensinar o cidadão e prepará-lo para a vida. Ele apresentava-se de forma elegante, vestindo terno, sapato social, calças e camisas sociais e gravata, sem barba, feições sérias, postura reta, reforçando a ideia de pessoa superior. Os homens é que dominavam o setor educacional, uma vez que, o número de professores era maior que o número de professoras. Este índice pode ser explicado

pelo fato de a mulher ser preparada para a vida no lar, ela era educada para cuidar da casa, marido e filhos, o homem deveria sustentar a família. Esta característica começou a mudar com a Revolução Industrial, quando as mulheres passaram a buscar a sua independência. Neste sentido, aos poucos elas se faziam presentes nas escolas.

Para reforçar a ideia de uma heterogeneidade na questão da vestimenta entre as escolas, e a figura do professor como um ser portador de uma superioridade, serão apresentadas outras duas fotografias. Na primeira, evidencia-se que o uso de uniforme não é formal, e na segunda fotografia a presença de um uniforme formal é nitidamente visível. As palavras formal e informal, são utilizadas neste contexto para explicar que algumas escolas adotavam um tipo específico de uniforme, sendo que os alunos deveriam, obrigatoriamente, utilizá-lo para frequentar as aulas, enquanto outras escolas não adotavam este procedimento, permitindo que os alunos viessem vestidos conforme as roupas que lhes achassem melhor. Cabe ressaltar que, em princípio, as duas escolas são comunitárias, reforçando a ideia de que é possível encontrar em um mesmo sistema de ensino, diferentes normas em relação ao uso do uniforme escolar. Há um diferencial entre a primeira e a segunda fotografia e, pode parecer irrelevante aos olhos de quem as vê. Nas duas fotografias apresentadas, percebemos a presença de professores do sexo masculino e feminino. Porém para a época em que a primeira fotografia foi registrada, década de 1930, não era comum a presença de professores do sexo feminino. As mulheres não se faziam tão presentes entre as escolas. Porém, na segunda fotografia, na década de 1970, a figura feminina já se mostra mais presente, indicando que ela passaria a ocupar gradativamente mais espaço de atuação profissional nas escolas.

Figura 9: **Escola Mista, 1933.**



FONTE: Acervo pessoal Selby Wallauer.

Figura 10: **Escola Bandeirantes, Linha Frank, 1972.**



FONTE: Acervo pessoal Elio Dahmer.

É possível perceber, a partir das fotografias demonstradas que todas as escolas eram multisseriadas, como já mencionado anteriormente. Para a fotografia, as crianças eram dispostas em fileiras correspondentes a cada série. Na primeira fileira ficavam os alunos do 1º ano, na segunda os do 2º ano e, assim, sucessivamente. Também é possível detectar essa separação no posicionamento para tirarem a fotografia. Nas primeiras filas ficavam os alunos menores, formando uma “escada” crescente. Também é possível perceber a separação quanto ao gênero, de um lado ficavam os meninos e de outro as meninas. Esta é uma característica advinda das salas de aula, onde a separação por gênero também ocorria. O entrevistado Elio Dahmer confirma essa característica dizendo “nas salas os meninos ficavam de um lado e as meninas de outro lado, não podiam sentar misturado e cada fila, correspondia a uma série” (DAHMER, Elio, maio 2017).

No entanto, podemos perceber uma pequena mudança em relação ao posicionamento dos alunos e do professor. A primeira fileira permanecera igual, sendo que, de um lado continuavam dispostos os meninos e de outro lado as meninas. Já na fila seguinte, percebe-se uma mistura entre os gêneros, poder-se-ia supor também que as séries estivessem misturadas, descaracterizando a forma tradicional de registro escolar dos alunos. Outro aspecto a ser mencionado é o posicionamento do professor na fotografia. No modelo tradicional, ele permanecia ao centro de seus alunos, demonstrando uma figura de poderio superior, o portador do conhecimento, aquele que deveria preparar seu aluno para a vida. A forma tradicional passava a ser deixada de lado, dando início a uma nova forma de registro fotográfico para o cotidiano escolar. O professor, não mais está posicionado ao centro, ele aparece no canto, esquerdo ou direito, todavia, este novo posicionamento não descaracterizava a sua autoridade. Cabe registrar também que o período em que as fotografias foram tiradas, se separam por longos anos. Os registros fotográficos em que o professor aparece ao centro, foram feitos nas décadas de 1920 – 1930, já as que o professor não aparece ao centro, são datadas da década de 1970. Não podemos generalizar tais aspectos pois, na figura 9, década de 1930, o professor não aparece no centro, fugindo a característica tradicional de fotografia, no que diz respeito ao cotidiano escolar.

Como já destacado, todos os alunos estudavam em uma mesma sala de aula em séries diferentes. Inicialmente, as classes, ou carteiras escolares, eram constituídas por longas mesas e cadeiras. Normalmente, sentavam-se em uma mesma carteira escolar cinco alunos. Estas mesas e cadeiras acopladas, lembram os bancos das igrejas, atualmente, onde em um mesmo banco é possível sentar um grande número de pessoas. Mais tarde foram desenvolvidas carteiras escolares para que somente dois alunos pudessem sentar-se simultaneamente. Em ambos os casos,

meninos e meninas sentavam-se separados. De um lado ficavam os meninos e de outro, as meninas. A seguir, seguem duas imagens que exemplificam o modo estrutural de divisão em uma sala de aula e as mesas que eram utilizadas. As imagens são ilustrativas e servem apenas como exemplo para mostrar como as escolas da região estudada se encontravam.

Figura 11: **Exemplo de uma sala de aula no tempo do Estado Novo, décadas de 1930-45.**



FONTE: A Escola Primária no tempo do Estado Novo - Anos 30-70. Disponível em <<http://contamecomoera.blogspot.com.br/2010/03/escola-primaria-no-tempo-do-estado-novo.html>>, acesso em 02/06/17.

Figura 12: **Exemplo de carteiras escolares do mesmo período da imagem anterior.**

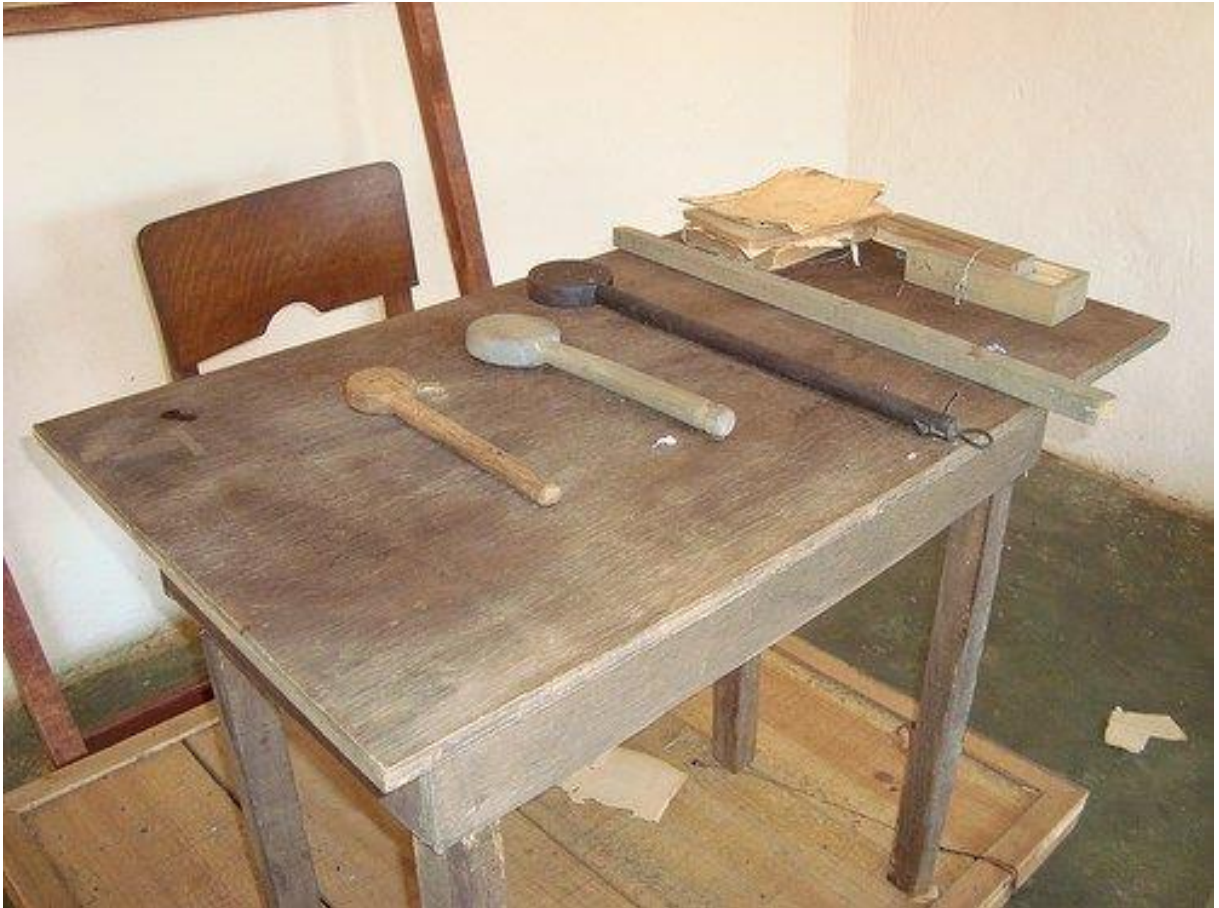


Fonte: Móveis escolares Antigos, disponível em <https://martaiansen.blogspot.com.br/2012/09/moveis-escolares-antigos.html>, acesso em 11/06/2017.

Entre as práticas escolares adotadas pelos professores, estavam os castigos físicos. Eles eram impostos aos alunos quando estes não obedeciam as ordens ditadas pelo professor. Segundo Milena Aragão e Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas (2012, p. 17) “nos anos 1800, os castigos físicos tinham dois fins: punir o mau comportamento e a dificuldade de aprendizagem. Férulas, chicotes e palmatórias faziam parte dos objetos utilizados pelo professor para educar os alunos, mantendo a ordem e a disciplina”, ou seja, o professor tinha a liberdade de castigar fisicamente o seu aluno, caso ele não o obedecesse. Esta prática perdurou ao longo do tempo, sendo veementemente utilizadas pelos professores de modo geral, até sua proibição, em meados da década de 1950 – 1960. Entre os instrumentos utilizados estava a férula, espécie de régua de madeira, usada para bater nas mãos de quem fosse desobediente, ou que cometesse erros quanto à aprendizagem. A prática dos castigos escolares foi perdendo a força até ser proibida. A entrevistada Marlene Winkel,

quando perguntada se quando fora estudante, haviam castigos físicos, ela relata que “tinha um, o professor de canto, ele bateu num aluno, terminou a aula dele, não era mais professor”. Através da observação da entrevistada é possível concluir que os castigos físicos já não mais se faziam presentes, sendo o professor punido caso ele viesse a adotar tal método. Em contrapartida, a mesma entrevistada, quando questionada sobre se seus pais falavam como eram as escolas em seu tempo, ela afirma que “Naquela época eles apanhavam muito” sendo possível a afirmação de que antigamente havia a presença, muito forte, dos castigos físicos nas escolas. Outro entrevistado, Selby Wallauer, coloca que além dos castigos físicos, havia outras formas de castigar. Wallauer coloca que “o professor colocava o aluno contra a parede e queria ouvir a tabuada, digamos tabuada do 9, $1 \times 9 = 9$, $2 \times 9 = 18$, $3 \times 9 = 27$, e quem errava levava castigo, tinha que saber na ponta da língua. Amanhã vamos ouvir a tabuada e quem não sabe não vai ter recreio”, ou seja, junto com os castigos físicos havia os que poderiam ser considerados como psicológicos, tudo dependia do grau da ousadia cometido pelo aluno.

Figura 13: **Mesa com diferentes férulas, utilizadas para castigos físicos.**



FONTE: Os 4 piores castigos que os professores aplicavam nos alunos. Disponível em <<http://www.ultracurioso.com.br/os-4-piores-castigos-que-os-professores-aplicavam-nos-alunos-de-antigamente/>> acesso em 02/06/17.

Outras formas de castigos poderiam ser utilizadas pelo professor, como colocar alguns grãos de milho no chão da sala e solicitar que o aluno se ajoelhasse sobre eles. As práticas não eram condenadas e não eram reprimidas pelos pais, pelo contrário, se o aluno chegasse em casa e os mesmos vissem os sinais deixados pelos castigos, o aluno era reprimido novamente em casa, pois isso significava que ele havia cometido infrações na escola, e, conseqüentemente, ele havia desrespeitado o professor. Para os pais, a boa educação e o bom desempenho escolar representavam a formação de um bom cidadão, com condições melhores para a construção de suas próprias vidas familiares. Esta característica estava fortemente ligada ao que os primeiros imigrantes deixaram como herança cultural a seus descendentes.

As disciplinas ensinadas nas escolas eram o Português, Leitura, Gramática, Matemática, Aritmética, História, Geografia, Civismo, Canto, Ginástica e Trabalhos Manuais. Em algumas escolas, estas disciplinas agrupavam-se em áreas de conhecimento, como Português, Matemática e Estudos Sociais e Naturais. As imagens que serão apresentadas em seguida datam do anos de 1950, 1956 e 1975. Elas são trazidas para demonstrar as mudanças escolares com o passar do tempo. Estas mudanças relacionaram-se às transformações providas da criação de leis que tornava o ensino de 1º e 2º graus obrigatórios, Lei Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. O 1º e 2º graus, equivalem hoje ao Ensino Fundamental (séries iniciais e finais) e Ensino Médio, respectivamente. A terceira imagem recebe maior atenção pois, primeiro, trata-se de uma escola particular no município de Teutônia, Rio Grande do Sul. Esta escola, por ser voltada a formação continuada e técnica, tinha em seu currículo disciplinas como técnicas agrícolas, técnicas comerciais e técnicas do lar, preparando seu aluno para o mercado de trabalho se assim o desejasse.

Figura 14: **Boletim de desempenho escolar da Escola D. Pedro II – 1950**

ESCOLA DOM PEDRO II
TEUTONIA - MUN. ESTRÊLA

Atestado

Aluna Elvira Setmann

Classe 3^a

Comportamento <u>7</u>	Aplicação <u>7</u>
Frequência <u>8</u>	Ordem <u>7</u>

Português <u>5</u>	Cívismo <u>6</u>
Leitura <u>6</u>	Aritmética <u>5</u>
Gramática <u>6</u>	Canto <u>5</u>
Geografia <u>5</u>	Ginástica
História <u>5</u>	Trabalhos Manuais

Observações: Aprovado.

Nome da mãe Leopoldo Setmann

Teutonia, 15 de Dezembro de 1950

Professor A. Schneider

FONTE: Álbum de fotografia da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Alfredo Scheneider.

Figura 15: Boletim de desempenho escolar da Escola D. Pedro II – 1956

Escola D. Pedro II

TEUTÔNIA - MUN. ESTRÊLA

BOLETIM

Aluno Glaci Fiegenbaum

Ano 2º

GRÁUS OBTIDOS:

Linguagem	<u>99</u>
Matemática	<u>100</u>
Estudos Soc. e Naturais	<u>100</u>
Média Geral	<u>100</u>

OBSERVAÇÕES

Aprovada - 1º lugar.

Teutônia, 15 de dezembro de 195 6

Hedi Diebes S. Schneider

Professor da Classe Diretor

FONTE: Álbum de fotografia da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Alfredo Scheneider.

Figura 16: Boletim escolar – Colégio Agrícola Teutônia – 1974

1.974																Assinatura do Pai ou Responsável	
Ano	Língua Portuguesa	Educação Física	Educação Musical	Desenho	Alemão	Geografia	História	E M C	O S P B	Matemática	Inic. às Ciências	Educ. Religiosa	Técnicas Agric.	Técnicas Comerc.	Técnicas do Lar	FALTAS	
Março	50	75	75	75	80	80	80	85		50	50	60	65	60	65		Th E. Müller
Abril	50	70	75	80	70	50	50	85		40	45	60	75	80	70	1	Th E. Müller
Maio	70	70	85	70	65	50	50	75		85	30	80	80	80	50	1	Th E. Müller
Junho	50	80	80	70	70	80	80	80		80	70	65	100	70	80	3	Th E. Müller
Agosto	70	80	80	80	90	60	60	45		30	40	50	75	50	70	2	Th E. Müller
Setembro	60	85	80	90	65	50	50	75		60	60	80	75	70	55		Th E. Müller
Outubro	50	85	80	75	75	50	70	75		65	85	70	75	50	60		Th E. Müller
Novembro	45					50	60			40	61	75		60	52		Th E. Müller
Exame																	
Média Final	53	78	79	77	74	57	62	74		53	56	69	78	64	62		
Soma Notas Mensais																Resultado Final (1.ª época)	
Exame Recuperação																Aprovado	
Média Final																Resultado Final (com recuperação)	

FONTE: Acervo pessoas Marli Müller de Castro.

Esta última imagem aproxima-se mais com a realidade escolar da atualidade. Percebe-se que o número de disciplinas é maior em relação aos anos anteriores. Esta modificação pode ser resultado das transformações educacionais ao longo do tempo. Algumas escolas, em especial as particulares, voltaram seu currículo escolar para a formação técnica de seus alunos, possibilitando que o mesmo saísse da escola com uma preparação para o mercado de trabalho. As demais escolas, também passaram pelas mesmas transformações, porém muitas delas, quase em sua totalidade, não conseguem promover um ensino técnico aos seus alunos, devido à falta de recursos, pelo fato de as mesmas estarem subvencionadas ao governo do Estado.

Entre os entrevistados, dois contam relatos parecidos em relação à estrutura do cotidiano escolar dos descendentes de imigrantes alemães na colônia. O primeiro, Hélio Dahmer, relata que fora professor municipal a convite de uma escola da Linha

Frank, inicialmente, e depois, novamente através de um convite, veio a ser professor da escola da Linha Schmitd. Ele relata ainda que, teve um grande incentivo de seu pai para aceitar o convite em ambas as escolas, sendo que a criação das galinhas, iniciada por Dahmer, ficaria sob responsabilidade de seu pai.

Veio o convite aqui da escola da Frank, da Bandeirantes, pra assumir, porque o meu professor Edvino Schneider, foi designado para a Escola Estadual em Languiru, onde depois eu também trabalhei né, aí ele pediu e a diretoria vieram num sábado de tarde, me convidaram pra assumir a escola aqui, o meu professor Edvino sempre dizia, tu Elio vai ser o meu substituto aqui na, nem de longe eu pensava em ser professor, aí eu aceitei, meu pai incentivou. A mesma coisa depois aconteceu na Schmidht, faleceu lá o Professor Teobaldo Closs, veio o pessoal de lá pra eu assumir e eu, eu não queria porque não tinha tempo, aí meu pai me incentivou, aceita porque essa era a minha escola desde pequeno, lá eu estudei e eu vou cuidar da maneira que eu posso as galinhas aqui em casa. (DAHMER, Elio, maio de 2017)

A fala do seu Elio Dahmer pode nos remeter a um cenário já discutido no capítulo anterior, a questão da contratação de professores que não tenham formação acadêmica superior. Tal característica, foi deixada como herança dos antepassados, os imigrantes alemães. O entrevistado iniciou a docência sem nível superior, porém ao concluir os seus estudos normais, iniciou um técnico em agricultura, oferecido pela escola particular em que estudava. Para a época, ele era portador de um conhecimento maior em relação a outras pessoas e fora escolhido para atuar como professor, uma prática que continuara a ser adotada muitos anos depois da instalação e estruturação das primeiras escolas pelos imigrantes alemães.

O mesmo caso ocorre com um segundo entrevistado, o senhor Selby Wallauer. Ele inicia as atividades como professor sem qualquer curso e afirma que “como professor inexperiente, a gente não tinha curso, a gente tinha uma grande preocupação, uma grande insegurança, então a gente agia com muita, muita rigidez na escola, a preocupação da gente era passar o programa”. Ao falar em programa, o

entrevistado refere-se ao que atualmente é chamado de plano pedagógico de uma disciplina, onde constam os conteúdos a serem trabalhados durante o ano. Selby concluíra apenas o primário, somente mais tarde, na década de 1960, é que ele continuou seus estudos terminando o Primeiro Grau. Ele continua seu relato dizendo que,

Fiz magistério em São Leopoldo, curso de férias, durante três anos, era mês janeiro fevereiro e julho durante os anos 70, 71 e 72. Então recebemos, eu e a esposa, recebemos o diploma de professor, professor formado então com aptidão a dar aulas até a sexta série, nesse interim veio a reforma do ensino, 1970 surgiu a reforma do ensino, onde o aluno era obrigado a estudar até a oitava série, e nós entramos então com a nossa formação, com o nosso diploma de professor, nós já fomos contratados pelo Colégio Teutônia para dar aulas até sexta série, uma extensão que funcionou aqui em Boa Vista pelo Colégio Teutônia e após, a minha escolaridade ainda não terminou, nós ainda fizemos, fizemos estudos sociais na UNIVATES, minha mulher fez ciências, durante três anos nas férias também, e mais um ano depois em Caxias do Sul onde eu busquei titulação em História, Licenciatura plena em História, com aptidões para dar aulas para o segundo grau. (WALLAUER, Selby, abril de 2017)

Tais relatos intensificam, a conclusão de que, mesmo passados mais de cem anos após o início da colonização alemã, muito das características iniciais permaneciam iguais, principalmente no que diz respeito a contratação de professores. No caso anterior, o entrevistado teve de concluir seus estudos e posteriormente a realização de uma graduação em licenciatura, para continuar a lecionar, devido a Reforma do Ensino, em 1971, como mencionado.

Os demais entrevistados, foram alunos a partir dos anos 1970 e vivenciaram um cotidiano escolar bastante diferente do vivido pelos entrevistados anteriores. Helena Beckmann, observa que “nós tinha aula, de Português, Matemática, História, Geografia, Alemão, OSPB, Ensino Religioso”. A entrevistada estudou na década de 1970, no Colégio Agrícola Teutônia, atual Colégio Teutônia, Teutônia Rio Grande do Sul. Marli M. de Castro, que, estudava na mesma escola e mesma época da

entrevistada anterior acrescenta, “nós tinha Técnicas Agrícolas, onde aprendíamos a trabalhar com a terra, fazendo hortas, por exemplo, Técnicas Comerciais, onde aprendíamos coisas sobre compra e venda, para o comércio e Técnicas do Lar, onde as meninas aprendiam a costurar, cozinhar, e os meninos aprendiam a pregar, serrar, essas coisas”. A mesma entrevistada também cita a disciplina de OSPB como parte integrante de seu currículo escolar e diz que, muitas vezes, o professor solicitava que os alunos escutassem A Voz do Brasil, “nós tínhamos que ouvir A voz do Brasil e anotar o nome dos ministros que eram citados. No outro dia o professor chamava algumas pessoas e elas tinham que falar e saber o que cada um fazia” (CASTRO, Marli M. de, maio de 2017). Marlene Winkel acrescenta à lista de disciplinas as matérias de “Desenho técnico, religião, canto, e eu acho, cívica. (...) O que nós também tinha, aula de culinária”. Quando a entrevistada cita Cívica, ela quer dizer a disciplina de Moral e Cívica, que também se fazia presente entre o currículo escolar juntamente com a Organização Social Política brasileira (OSPB). Estas disciplinas podem ser confirmadas através da reprodução do boletim cedido pela entrevistada Marli M. de Castro.

Figura 17: Boletim escolar do Colégio Agrícola Teutônia – 1974, disciplinas citadas pelos entrevistados

Ano	1974
Língua Portuguesa	
Educação Física	
Educação Musical	
Desenho	
Alemão	
Geografia	
História	
E M C	
O S P B	
Matemática	
Inic. às Ciências	
Educ. Religiosa	
Técnicas Agric.	
Técnicas Comerc.	
Técnicas do Lar	
FALTAS	

FONTE: Acervo pessoal Marli M. de Castro.

No início da colonização alemã, o ensino de todas as disciplinas se dava na língua materna dos imigrante, o alemão. Tal característica perdurou por todo o século XVIII até meados da década de 1930, quando Getúlio Vargas, presidente do Brasil, iniciou a Campanha de Nacionalização, a começar pelo ensino. A campanha tinha por objetivo a proibição da fala e do ensino em língua estrangeira (alemã e italiana) nas escolas, devido aos desdobramentos históricos decorrentes da Segunda Guerra Mundial, o Brasil aliara-se aos Estados Unidos na Luta contra o Nazismo e o Fascismo. O português passou a ser a única língua aceitável para se falar. Quanto aos entrevistados, há uma divergência quanto a confirmação sobre a proibição da fala do alemão entre as pessoas e, principalmente, nas escolas. Isso pode ser explicado pelo fato de que, dois dos entrevistados frequentaram a escola no período em que fora instituída a campanha, em meados da década de 1930 e metade da década de 1940. O restante dos entrevistados foram estudantes na década de 1970, já havia se passado quase 30 anos após o início da campanha. Neste período, o ensino já se estruturava de forma diferente.

A todos os entrevistados foi feita o seguinte questionamento: em seu tempo de aluno, as aulas eram ministradas em que língua? As respostas são contraditórias como já mencionado. Na resposta dada por dois entrevistados, foi mencionado a figura de Getúlio Vargas. Para eles Vargas foi um ditador. Em detalhes, Selby Wallayer relata a rigidez da campanha imposta por Vargas.

Do meu tempo de criança, quando eu frequentei o primário, a língua alemã era expressamente proibida, era ditador no Brasil, era um ditador ferrenho o doutor Getúlio Vargas, ele proibiu a língua alemã, não porque ele não gostava dos alemães, mas ele queria a nacionalização, ele queria que toda a criança aprendesse o português e por isso surgiu essa rigidez, a cultura alemã foi muito massacrada por causa disso né, então brigadianos eram incumbidos de vasculhar as escola e retirar os livros, todo os materiais que eram escritos

em alemão era destruído, era queimado e até algumas pessoas foram presas, pessoas que não se conformavam e provocavam contra essas autoridades em alemão, eles eram presos e deixavam umas 24 horas. (WALLAUER, Selby, abril de 2017)

Selby Wallauer conta, ainda, que seus pais tinham aulas em alemão, ele faz tal afirmação dizendo que, quando criança, a noite, ele e seus irmão sentavam-se perto do fogão à lenha junto de seus pais, e estes contavam-lhes sobre o tempo de escola. Elio Dahmer contribui com a informação, dizendo que seus pais já tinham aulas de alemão e português. Ele completa dizendo das dificuldades que, principalmente, as mulheres tinham para se comunicar nas escolas uma vez que o alemão estava proibido de ser falado e conclui dando exemplo de como era intensa a fiscalização para que de fato a língua alemã fosse banida.

A minha mãe e o meu pai, eles ainda tinham aula em alemão, um pouco alemão um pouco português. Tanto é que, as mães, as mulheres tinham mais alemão, tinham dificuldade, aqui eu tinha, tinha uma senhora morando aqui, ela só falava em alemão, ela não sabia nem pedir água em português, naquela época e tu não pode condenar eles, não tinham como, e o que nós não podíamos falar alemão na escola, era proibido terminantemente. Acho isso um absurdo, quem colonizou, se não tivesse a colonização alemã aqui, quem é que teria feito essas, porque nossos lugares estão tão adiantados perante outros lugares, porque eles tinham disciplina, eles tinham tudo pra ir pra roça e propriamente, então no meu tempo de escola, eu lembro um dia o professor falava com alunos da primeira série e só entendiam, eu tinha um aluno na escola que só sabia falar sapato de pau [colonização de Westfalianos], então como que tu vai orientar, dizer, eu entendo mas não falo sapato de pau, e minha vó era legítima, Landmeier, eu sei o professor falou um pouquinho alemão pra ele defender uma matéria lá, aí sabe o que aconteceu? Lá fora, berrando em frente da porta, fiscal de ensino, o fiscal de ensino de Estrela, estavam lá com o ouvido colado na porta, quando ele falou um pouquinho alemão, PLEC, abriram a porta, professor o senhor não sabe que não pode falar em alemão? Tu já pensou que bomba pro professor, ele não fazia mais do que ser útil para seu aluno, né. Isto eu acho que o governo foi Getúlio Vargas, quando proibiu de falar o alemão por causa da guerra, mas estes coitados aqui não tinham nada a ver com a guerra né. Então era só o português que o professor podia usar na escola. Depois eu aqui em 64-65, até sábados de tarde dei aulas de alemão pros meus alunos. E não faltava ninguém, eles vinham porque adoravam, e depois emendava com educação física, aulas de ginástica, corridas, e assim muitos alunos hoje, meus alunos tinham aulas de alemão. Mas era triste isso que não se podia falar o alemão. Eu só dava aulas em português, cuidava pra também não ser pego, professor não era castigado mas foi alertado sobre isso né. (DAHMER, Elio, maio de 2017).

Situação bem diferente foi a vivida pelos outros entrevistados. De fato, o ensino não fora mais ministrado em língua alemã, a não ser na disciplina de alemão, quando esta era oferecida pela escola. Todos os demais entrevistados confirmam que o ensino era em português, sendo somente o alemão ensinado em alemão. Helena Beckmann conta que “não tive aula de alemão só inglês” (BECKMANN, Helena, maio de 2017). Enfatizando que cada escola tinha liberdade em escolher qual língua estrangeira seria estudada, e sobretudo de que o alemão, que antes fora intensamente utilizado pelos colonos, uma vez que essa foi a sua língua original, perdurando-se por longos anos, acabava por ser esquecida, cada vez mais, pelos próprios descendentes destes imigrantes.

Outro ponto que fora cultivado pelos imigrantes e que por longos anos continuou sendo utilizado por muitas escolas foi a questão da religião. Sabe-se, como mencionado no primeiro capítulo, que as escolas estavam ligadas a um tipo de religião, a que predominava entre os imigrantes alemães foi a evangélica protestante. As escolas particulares, normalmente, estavam vinculadas a algum tipo de entidade mantenedora, como por exemplo os Sínodos. Todos os entrevistados afirmaram que tiveram em suas disciplinas o Ensino Religioso. A maioria dos entrevistados estudou em escola particular, e esteve voltado para a religião evangélica. Elio Dahmer conta que, mesmo os alunos que não fossem de religião evangélica protestante, deveriam obrigatoriamente participar das aulas, uma vez que a mesma era considerada disciplina integrante do currículo. O entrevistado conta ainda que, haviam muitas brigas entre evangélicos e católicos.

O colégio como no início era mantido pela religião evangélica pelo Sínodo Rio Grandense naquele tempo, o colégio tinha, até hoje se mantém ligado a essa entidade, tinha também a diretoria chamada Fundação Agrícola, hoje ela também se mantém, arrumavam os professores, pagavam, nós alunos também pagávamos uma taxa por mês, isso eu nem sei, o pai é que cuidava quanto nós pagávamos. E a religião evangélica pra nós era obrigada, tanto

que os alunos que não eram evangélicos também tinham que fazer, não tinham escolhas, porque a religião fazia parte obrigatória no fim do ano, fim do mês, como matéria, tu tinha que ter nota. No meu tempo a briga entre católicos e evangélicos era muito grande, eu sei uma moça evangélica saía de casa prum baile, ela não podia dançar com um moço católico e vice versa. Aqui na minha região tinha só um católico, o resto era tudo evangélico por causa da colonização, quando vieram eram todos evangélicos. Tanto é que aqui 300 famílias vindas da Westfália, o Pastor Claingünter trouxe estes Westfálios e eram todos evangélicos. (DAHMER, Elio, maio de 2017)

Selby Wallauer, acrescenta informação quanto á questão da disciplina de religião nas escolas, ele afirma que se utilizavam materiais específicos como a Bíblia para as crianças, Dez Mandamentos, Milagres de Jesus, para ensinar de fato sobre religião. O mesmo enfatiza que em sua época como aluno quem ministrava religião era um professor e não pastor, como era comum entre a herança escolar e comunitária, deixada pelos imigrantes alemães.

Nós tínhamos o ensino religioso nas escolas. Eu quando lecionava, eu tinha uma aula semanal de ensino religioso, uma aula semanal. Então a Bíblia das Crianças era um livro obrigatório, né. Bíblia das Crianças, ilustrada com as histórias dos milagres de Jesus, a vida de Jesus, e os Dez Mandamentos, era assim é, se dava muita ênfase em passar para os alunos os Dez Mandamentos. (WALLAUER, Selby, abril de 2017).

O depoimento de Marlene Winkel, diz o contrário do entrevistado anterior. Ela coloca que “religião era o pastor Lehgart” (WINKEL, Marlene, maio de 2017), e quando perguntada se a questão religiosa era forte na escola, ela concorda, e enfatiza que como era um pastor que ministrava a disciplina, havia um forte respeito entre os alunos. Helena Beckmann, em seu depoimento também afirma que “quem ministrava religião era o pastor da comunidade”. A comunidade a que a entrevistada se refere é a Comunidade Paz do Bairro Teutônia em Teutônia Rio Grande do Sul, esta comunidade é que primeiramente ajudava a administrar a escola, o Colégio Agrícola Teutônia, uma vez que, a mesma escola estava vinculada aquela entidade religiosa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro capítulo retratou sobre os contextos históricos sobre a vinda dos imigrantes para o Brasil. Neste sentido, procurou-se mostrar como se sucedeu a vinda destes imigrantes, desde a primeira tentativa em 1818, no Rio de Janeiro, onde a colonização não obteve os resultados esperados, devido principalmente ao fato de que os fazendeiros ainda acreditavam que os colonos supririam a mão de obra escrava. O sucesso da imigração alemã para o Brasil, deu-se em 1824, quando aportaram em São Leopoldo no Rio Grande do Sul os primeiros colonos, iniciando os três períodos de colonização alemã no Brasil, sendo estes, 1818 – 1830, 1845 – 1914 e 1914 – 1950-60. Ficou claro ainda, que estes imigrantes vieram para o Brasil devido às transformações sociais e econômicas que a Europa passava devido a Revolução Industrial. O setor industrial passou a ter mais valor que o produto rural. Neste sentido, e devido à grande campanha exercida por representantes brasileiros nos Estados alemães, sobre o Brasil e suas boas terras férteis para o plantio, os colonos cada vez mais viam esperanças em imigrar para um país estrangeiro e lá adquirirem o direito à terra, melhorando suas vidas.

Ainda no primeiro capítulo, foi apresentado o contexto da educação entre os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul. Portanto, procurou-se mostrar como a educação se estruturou entre os imigrantes alemães nos primeiros anos da imigração. A dificuldade enfrentada pelos colonos em conseguir uma pessoa instruída para lecionar, na falta desta pessoa, ocupava o lugar um membro da comunidade que detivesse um conhecimento maior que os demais. As escolas funcionando no mesmo espaço em que funcionavam as igrejas. Enfim, pretendeu-se mostrar que o início,

tanto da colonização alemã, quanto a estruturação do ensino, ocorreram de forma um tanto quanto precárias, buscando ensinar o máximo possível para que os filhos dos colonos pudessem ser instruídos de algum conhecimento e serem vistos como bons cidadãos, uma vez que este ensino era voltado para a formação do cidadão da colônia.

No segundo capítulo, foi apresentado o contexto histórico referente à formação da Colônia Teutônia. Nele, ficou claro que a colônia surgiu através da aquisição de terras devolutas, compra esta realizada por Karl Cshiling, que mais tarde montou uma companhia colonizadora com mais três sócios, dando continuidade à expansão da Colônia Teutônia. Internamente havia um diretor da colônia, este era o responsável em administrar os bens da mesma, provendo materiais básicos para que os colonos pudessem cultivar a terra.

Neste mesmo capítulo, foram apresentados dados e observações a respeito das escolas comunitárias nas regiões de colonização alemã no Rio Grande do Sul, as regiões em que havia a presença de escolas comunitárias e a quantidade de estudantes nas mesmas. Na região de pesquisa para a elaboração desta monografia, foram listadas três escolas, sendo que duas delas, foram a mesma, a Evangelische Gemeinde Schule Teutônia, que se transformaria em Escola D. Pedro II, devido a Campanha de Nacionalização, como já mencionado, e o Colégio Teutônia, que surgira devido à crescente petição de populares por uma escola de caráter agrícola na região.

No terceiro e último capítulo, denominado de fotografias e relatos orais, buscou-se mostrar que, a partir da nova corrente historiográfica denominada de *Escola dos Annales*, em especial a Nova História, advinda da modificação da primeira, é que a fotografia passou a ser utilizada como fonte de pesquisa. Buscou-se, também, deixar claro que a fotografia era utilizada para deixar registrado momentos importantes das

peças e que não eram todos que tinham acesso à tecnologia. Assim como as fotografias, os relatos orais passaram a ser utilizados como fontes de pesquisas, buscando enaltecer os fatos históricos vivenciados pelas pessoas através da memória. No quarto capítulo, fotografia e relatos orais foram utilizados para construir ligações entre a memória dos entrevistados com hábitos e costumes que foram deixados pelos seus antepassados, abrangendo a região Norte de Teutônia entre os anos de 1940 – 1960, bem como deixar registrado que, muito do que os primeiros colonos praticavam, continuou sendo utilizado pelas escolas, mesmo passados mais de 160 anos, abrangendo o período aqui estudado.

A monografia buscou mostrar, ainda, as disciplinas ofertadas pelas escolas no período de estudo aqui proposto, bem como mostrar que com o passar do tempo o ensino modificou-se, seja por reformas educacionais ou por reformas realizadas pelas próprias escolas. O trabalho procurou mostrar que, inicialmente, o professor era autoridade máxima, e detinha o poder de castigar aqueles que o desobedecessem, a disciplina era algo importante e assiduamente exigida. O ensino era voltado para a preparação do sujeito à vida, neste sentido as disciplinas de português e matemática, eram indispensáveis nas escolas. O bom cidadão, era aquele que frequentava a escola e demonstrava um bom desempenho.

LISTA DE FONTES DE PESQUISA

LISTA DE ARQUIVOS

Arquivo 1 – Museu Henrique Üebel – Teutônia – Rio Grande do Sul

Arquivo 2 – Biblioteca UNIVATES – Lajeado – Rio Grande do Sul

Arquivo 3 – Fotografias pessoais Sr. Selby Wallauer

Arquivo 4 – Fotografias pessoais Sr. Elio Dahmer

Arquivo 5 – Fotografias pessoais Sra. Marli M. de Castro

LISTA DE ENTREVISTAS ORAIS

Entrevista 1 – Selby Wallauer

Entrevista 2 – Elio Dahmer

Entrevista 3 – Marlene Winkel

Entrevista 4 – Helena Beckmann

Entrevista 5 – Marli M. de Castro

REFERÊNCIAS

ÁLBUM de fotografias da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Professor Alfredo Schneider. Acervo da Escola.

ÁLBUM de fotografias da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Alfredo Schneider. Acervo da Escola.

AMADO, Janaína; FERREIRA (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

AMSTAD, Theodor. **Cem Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul**. Ed. UNISINOS. 1999.

ARAGÃO, Milena; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Práticas de castigos escolares: enlaces históricos entre normas e cotidiano**. Disponível em<[tp://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/1648/1024](http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/1648/1024)>. Acesso em maio de 2017.

ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marco Antônio (Orgs). **História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã: Teutônia e Westfália/RS**. São Leopoldo: Oikos, 2005.

BESCHORNER, In História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã: Teutônia e Westfália / RS, julho de 2004. São Leopoldo: Oikos, 2005

BECKER, Augusto. **Teutônia, terra da gente, volume 1**. Impressão: Fortgraf Impressos Ltda – Lajeado. 2005.

BOURDIEU, Pierre. O camponês e a fotografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 26, p. 31-39, jun. 2006

BRAUN, Felipe Kuhn. **História da Imigração alemã no sul do Brasil**. Porto Alegre: Costoli Soluções Gráficas, 2010.

_____. **Memórias do povo alemão no Rio Grande do Sul**. Nova Petrópolis: Ed. Amstad, 2010.

BRENDEMEIER, Maria Luíza. **O ensinar e o aprender português da imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Disponível em <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/download/543/156>>. Acesso em março de 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história : ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CEM anos de germanidade no R.G.S. – 1824-1924 / Tradução de Arthur Blasio Rambo. – São Leopoldo; Ed. Unisinos, 1999. 646p

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 3. ed. Lajeado: Univates, 2015. E-book. Disponível em: <<http://www.univates.br/biblioteca>>. Acesso em fevereiro de 2017.

CUNHA, Jorge Luiz da; GÄRTNER, Angelika (Orgs). **Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

DAHMER, Elio. **A imigração alemã: por que os alemães colonizaram o sul do Brasil? A história da colônia Teutônia, Linha Frank e Linha Schmidt**. Lajeado: Ed. Da Univates, 2015.

DALMÁZ, Mateus. **Disciplina de Teoria e Metodologia da História**. 2013.

DREHER, Martin Norberto (org.). **Populações rio-grandenses e modelos de igreja**. Porto Alegre: Edições EST; São Leopoldo: Sinodal, 1998.

FOLHA Popular 13 de março de 2002, p.16, Acervo Museu Henrique Uebel.

FOLHA de Teutônia (especial) Maio/85 – Página 8. Acervo Museu Henrique Uebel.

GERHARDT, Ruben. **Colonização de Teutônia e Corvo: imigração alemã no sul do Brasil**. Lajeado: Univates, 2004.

GOERCK, Balduino. **Colônia Alemã Usos e Costumes** Décadas 1940-1950. Impressão: Fortgraf Impressos Ltda, Lajeado. 2005

GREGORY, Valdir. **Imigração alemã no Brasil**. Disponível em <<http://www.kas.de/wf/doc/10985-1442-5-30.pdf>>. Acesso em março de 2017.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e Colonização**. Disponível em <<https://pt.scribd.com/document/328426609/IMIGRACAO-E-COLONIZACAO-LUIZA-HORN-IOTTI>>. Acesso em Abril de 2017.

KREUTZ, Lúcio. **Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instancias de coordenação e estruturas de apoio**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a10>>. Acesso em junho de 2017.

KREUTZ, Lúcio. A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino. In: MÜLLER, T. L. **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: UNISINOS, 1994. p. 27-64.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LANG, Guido. **Colônia Teutônia: História e Crônica (1858 – 1908)**. Gráfica Sinodal, Maio de 1995.

_____. **Destinos Inseparáveis** (Narrativa Histórica) – Produção Gráfica: Papuesta Indústria Gráfica Ltda. 1999.

_____. **Reminiscências da Memória Colonial** – Teutônia RS. Papuesta Indústria Gráfica Ltda. Fevereiro de 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1992.

LOZANO, In AMADO, Janaína; FERREIRA (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MAGEDANZ, Ariberto. **Linha Clara, Teutônia e os 180 anos da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul**. 2004

MARTEDI, 2009, disponível em <http://www.genealogiacapef.com.br/index.php/it/fatos-historicos/42-cronologia-da-colonia-teutonia> acesso em 06/04/2017)

MARTINS, Fernando José. **Da necessidade ao instituído: escolas comunitárias e políticas públicas de educação, sujeito em movimento**. Disponível em http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Movimentos_Sociais,_sujeitos_e_processos_educativos/Trabalho/05_13_49_882-6440-1-PB.pdf. Acesso em março de 2017.

MAUCH, Cláudia. **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

MENESES, Ulpiano de Bezerra. Fontes Visuais, cultura Visual, História Visual. Balanço provisório, propostas caitelares. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.23, nº 45, pp11-36 – 2003.

MÜLLER, Armindo. **Os Colonizadores Alemães em Nova Friburgo**. Disponível em http://www.djoaovi.com.br/index.php?cmd=section:imigrantes_alemaes, acesso em maio de 2017.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul II**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1962.

SANTANA, Nara Maria Carlos de. **Colonização alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito**. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3638002>. Acesso em março de 2017.

SANTOS, Ademir Valdir dos. **Educação e colonização no Brasil: as escolas étnicas alemãs**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v42n146/12.pdf>>. Acesso em abril de 2017.

SANTOS, Ademir Valdir dos; CECCHETTI, Elcio. **Imigração alemã, luteranismo e a criação de escolas no sul do Brasil**. Disponível em <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/IMIGRACAO%20ALEMA,%20LUTERANISMO%20E%20A%20CRIACAO%20DE%20ESCOLAS%20NO%20SUL%20DO%20BRASIL.pdf>>. acesso em abril de 2017.

SEYFERTH, Giralda, Etnicidade e cultura: a constituição da identidade teuto-brasileira, 1997 In WEIZENMAN, Tiago. **“Sou, como sabem...”: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890)**. Porto Alegre, 2015.

_____, **A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica**. 1994.

SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann. **Razões e circunstâncias para a imigração alemã no Rio Grande do Sul**. Disponível em <<http://www.polosap.com.br/media/historia3.pdf>>. Acesso em maio de 2017.

SOMMER, Arno. **Reminiscências Da Colônia Teutônia** – Estrela Décadas 20 e 30. Publicação, 1984.

STRIEDER, Dulce Maria; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **A escola comunitária Teuto-brasileira: um estudo sobre a diretriz metodológica**. Disponível em <<http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/44713/A%20escola%20comunitaria...%20%282013%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em março de 2017.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial 1822-1889**. Ed. Objetiva, 2002.

WEIZENMANN, Tiago. **Orientações TCC**. 2017

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO DE CESSÃO DE INFORMAÇÃO

A pesquisa "MEMÓRIAS DE UM PASSADO: O COTIDIANO ESCOLAR DA COMUNIDADE ITUTO-BRASILEIRA EM TEUTÔNIA NORTE (1940 - 1960)" está sendo realizada como atividade integrante da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de História do Centro Universitário Univates, semestre 2017/A e tem como objetivo a pesquisa sobre as memórias do cotidiano escolar da comunidade leuto-brasileira.


A coleta de dados será feita mediante a realização de entrevistas, de acordo com o propósito especificado acima.

Pelo presente Termo de Consentimento, declara o(a) entrevistado(a) sua concordância em participar da pesquisa, após ser informado da justificativa e dos propósitos do trabalho, bem como dos procedimentos relacionados ao momento da entrevista. Nesse sentido, a assinatura do presente Termo de Consentimento implica a cessão do uso das informações coletadas para fins acadêmicos e a sua permanência nas dependências desta instituição.

Este termo será assinado em uma via, sendo que a mesma ficará sob posse do autor do trabalho, para fins de anexo ao mesmo.

Os responsáveis pela pesquisa são o professor Tiago Weisemann - orientador, professor do Curso de História da Univates - (fone 51 3714 7000, ramal 5508) e o(s) acadêmico(s) Paulo R. Kohl - pesquisador (51 91368613) do Curso de História da Univates - (fone 51 3714 7000).

Teutônia, maio de 2017


Helena Buckmann

TERMO DE CONSENTIMENTO DE CESSÃO DE INFORMAÇÃO

A pesquisa "MEMÓRIAS DE UM PASSADO: O COTIDIANO ESCOLAR DA COMUNIDADE TEUTO-BRASILEIRA EM TELTÔNIA NORTE (1940 – 1960)" está sendo realizada como atividade integrante da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de História do Centro Universitário Univates, semestre 2017/A e tem como objetivo a pesquisa sobre as memórias do cotidiano escolar da comunidade teuto-brasileira.

A coleta de dados será feita mediante a realização de entrevistas, de acordo com o propósito especificado acima.

Pelo presente Termo de Consentimento, declara o(a) entrevistado(a) sua concordância em participar da pesquisa, após ser informado da justificativa e dos propósitos do trabalho, bem como dos procedimentos relacionados ao momento da entrevista. Nesse sentido, a assinatura do presente Termo de Consentimento implica a cessão de uso das informações coletadas para fins acadêmicos e a sua permanência nas dependências desta Instituição.

Este termo será assinado em uma via, sendo que a mesma ficará sob posse do autor do trabalho, para fins de anexo ao mesmo.

Os responsáveis pela pesquisa são o professor Tiago Weiskemann – orientador, professor do Curso de História da Univates – (fone 51 3714 7000, rural 3508) e o(s) acadêmico(s) Paulo R. Kohl – pesquisador (51 91368613) do Curso de História da Univates – (fone 51 3714 7000).

Teltonia, maio de 2017

Mari M. de Castro

Mari M. de Castro

TERMO DE CONSENTIMENTO DE CESSÃO DE INFORMAÇÃO

A pesquisa "MEMÓRIAS DE UM PASSADO: O COTIDIANO ESCOLAR DA COMUNIDADE TEUTO-BRASILEIRA EM TEUTÔNIA NORTE (1940 – 1960)" está sendo realizada como atividade integrante da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de História do Centro Universitário Univasul, semestre 2017/A e tem como objetivo a pesquisa sobre as memórias do cotidiano escolar da comunidade teuto-brasileira.

A coleta de dados será feita mediante a realização de entrevistas, de acordo com o propósito especificado acima.

Pelo presente Termo de Consentimento, declara o(a) entrevistado(a) sua concordância em participar da pesquisa, após ser informado da justificativa e dos propósitos do trabalho, bem como dos procedimentos relacionados ao momento da entrevista. Nesse sentido, a assinatura do presente Termo de Consentimento implica a cessão do uso das informações coletadas para fins acadêmicos e a sua permanência nas dependências desta Instituição.

Este termo será assinado em duas vias, sendo que uma ficará com o(a) entrevistado(a) e a outra, com a equipe de pesquisa.

Os responsáveis pela pesquisa são o professor Tiago Weisenmann – orientador, professor do Curso de História da Univasul – (fone 51 3714 7000, ramal 5508) e o(s) acadêmico(s) Paulo R. Kohl – pesquisador (51 91 368613) do Curso de História da Univasul – (fone 51 3714 7000).

Teutônia, maio de 2017


Elío Dabner

TERMO DE CONSENTIMENTO DE CESSÃO DE INFORMAÇÃO

A pesquisa “MEMÓRIAS DE UM PASSADO: O COTIDIANO ESCOLAR DA COMUNIDADE TEUTO-BRASILEIRA EM TEUTÔNIA NORTE (1940 – 1960)” está sendo realizada como atividade integrante da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de História do Centro Universitário Univates, semestre 2017/A e tem como objetivo a pesquisa sobre as memórias do cotidiano escolar da comunidade teuto-brasileira.


A coleta de dados será feita mediante a realização de entrevistas, de acordo com o propósito especificado acima.

Pelo presente Termo de Consentimento, declara o(a) entrevistado(a) sua concordância em participar da pesquisa, após ser informado da justificativa e dos propósitos do trabalho, bem como dos procedimentos relacionados ao momento da entrevista. Nesse sentido, a assinatura do presente Termo de Consentimento implica a cessão de uso das informações coletadas para fins acadêmicos e a sua permanência nas dependências desta Instituição.

Este termo será assinado em uma via, sendo que a mesma ficará sob posse do autor do trabalho, para fins de anexo ao mesmo.

Os responsáveis pela pesquisa são o professor Tiago Weisemann – orientador, professor do Curso de História da Univates – (fone 51 3714 7000, ramal 5508) e o(s) acadêmico(s) Paulo R. Kohl – pesquisador (51 91368613) do Curso de História da Univates – (fone 51 3714 7000).

Teutônia, maio de 2017


Marlene H. Winkel

TERMO DE CONSENTIMENTO DE CESSÃO DE INFORMAÇÃO

A pesquisa “MEMÓRIAS DE UM PASSADO: O COTIDIANO ESCOLAR DA COMUNIDADE TEUTO-BRASILEIRA EM TEUTÔNIA NORTE (1940 – 1960)” está sendo realizada como atividade integrante da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de História do Centro Universitário Univates, semestre 2017/A e tem como objetivo a pesquisa sobre as memórias do cotidiano escolar da comunidade teuto-brasileira.

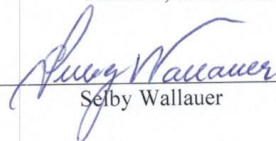
A coleta de dados será feita mediante a realização de entrevistas, de acordo com o propósito especificado acima.

Pelo presente Termo de Consentimento, declara o(a) entrevistado(a) sua concordância em participar da pesquisa, após ser informado da justificativa e dos propósitos do trabalho, bem como dos procedimentos relacionados ao momento da entrevista. Nesse sentido, a assinatura do presente Termo de Consentimento implica a cessão de uso das informações coletadas para fins acadêmicos e a sua permanência nas dependências desta Instituição.

Este termo será assinado em duas vias, sendo que uma ficará com o(a) entrevistado(a) e a outra, com a equipe de pesquisa.

Os responsáveis pela pesquisa são o professor Tiago Weisemann – orientador, professor do Curso de História da Univates – (fone 51 3714 7000, ramal 5508) e o(s) acadêmico(s) Paulo R. Kohl – pesquisador (51 91368613) do Curso de História da Univates – (fone 51 3714 7000).

Teutônia, abril de 2017



Selby Wallauer